

ARTIGOS - ARTICLES

**Do Zero a Bovero: História e ativação dos arquivos referentes
à Escola boveriana de Anatomia**

Maria Angelica Miglino

Doutora em Ciências Morfofuncionais - USP
Professora Titular – Departamento Cirurgia FMVZ/USP
miglino@usp.br

Edson Aparecido Liberti

Doutor em Ciências Morfofuncionais - USP
Professor Titular – Departamento Anatomia ICB/USP
ealibert@icb.usp.br

José Guilherme Veras Closs

Graduando em História – FFLCH/USP
Bolsista de Iniciação Científica FAPESP – FMVZ/USP
joseveras@usp.br

Resumo: A ativação de um arquivo prescinde o conhecimento da história das instituições que os produziram. Foi no sentido de capacitar os arquivos da Escola *boveriana*, ao trabalho de historiadores e demais pesquisadores, que desenvolvemos nossa pesquisa. Dessa maneira, pensando na trajetória dos atores e cenários referentes ao recorte proposto sob a luz das preocupações e métodos da arquivologia, pudemos dar os primeiros passos em direção ao pleno funcionamento dos serviços arquivísticos das instituições sede – Museu de Anatomia Humana do ICB-USP (MAH) e Departamento de Cirurgia da FMVZ- USP (VCI) – que guardam os vestígios materiais da Escola *boveriana*. É certo que ainda estamos apenas começando a ter contato com esse vasto conteúdo material, mas é possível afirmar que já existe o mínimo de tratamento e conhecimento processual arquivístico para dar suporte às pesquisas que pretendam utilizar os arquivos aqui trabalhado.

Palavras-chave: Alfonso Bovero, arquivos de cientistas, Universidade de São Paulo, história da ciência.

*From Zero to Bovero: History and activation
of the boverian Anatomy School archives*

Abstract: The knowledge of the archive's host institutions history is essential to its activation. It was aiming to give the capacity for the *boverian* School archives to serve for historians and other researches work that we developed our study. Therefore, thinking about the trajectory of the actors and scenarios, that concern to the theme we proposed, under the light of the archivist methods and questions, we were able to give the first steps toward the effective archivist operation at the host institutions – Human Anatomy Museum from the ICB-USP (MAH) and the Surgery Department from the FMVZ-USP (VCI) – that keeps the trace elements material of the *boverian* School. It's known that we're just starting to have contact with this vast material, but It's already possible to state that the minimum archivist treatment and processual knowledge exist at the host institutions to give support for researches who concern to these material.

Keywords: Alfonso Bovero, scientists archives, University of São Paulo, science history.

Introdução:

Enquanto permaneceu no Brasil, Alfonso Bovero (1871-1937) não só desempenhou a função de professor de anatomia, mas foi ele a pedra angular de toda uma Escola Anatômica. O vestígio documental que as duas primeiras gerações da escola *boveriana* produziram e acumularam é o objeto desta pesquisa.

O contexto em que se insere o surgimento desse vasto material documental abrange um recorte temporal muito amplo, indo, efetivamente, desde a vinda de Alfonso Bovero para o Brasil em 1914 até o desmembramento do Museu de Anatomia Humana da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) em 1997, com o eventual enxerto do museu no Instituto de Ciências Biomédicas III (ICB-III) da USP em 1999. Não obstante, há de se considerar todo o período de consolidação dos discursos e práticas políticas que levaram às configurações institucionais em que surgiu e se desenvolveu a acumulação desses documentos. O que, no entanto, não é alvo deste estudo é a mudança conceitual e de pesquisa no campo da anatomia paulista – ao menos na tradição *boveriana* –, pois, como ainda estamos engatinhando, Tateando essa enorme e rica fonte de documentos, a fase de *ativação* do arquivo pretende muito mais entender sua “morfologia” – se assim se pode dizer – que sua “fisiologia”.

Mas antes da análise do denso material documental, é preciso conhecer e entender o local de origem da acumulação e guarda desses documentos. O que implica refletir sobre os atores e cenários históricos que compuseram o contexto de surgimento da escola *boveriana* de Anatomia e, conseqüentemente, dos vestígios documentais que nos são acessíveis ainda hoje. Para tal, iremos partir desde o ponto em que começou a se consolidar a existência de uma Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, definitivamente fundada em 19 de dezembro de 1912, e de um curso de veterinária, o que exige a análise da conturbada movimentação institucional no caso paulista. Passando pelo surgimento da Universidade de São Paulo na década de 1930 e, finalmente, chegando no efetivo funcionamento da Cidade Universitária nos finais da década de 1960, veremos como se deu a aglutinação dos diversos cursos universitários, além da criação de instituições como o ICB – inaugurado em 1970, envolta nas reconfigurações do mundo acadêmico e científico desse momento.

Como nos diz um dos princípios fundamentais da arquivologia, o *respeito de fundos*, todo corpo documental de um arquivo é originário de uma autoridade administrativa, uma família ou corporação que deve ser acumulado num fundo, organizado segundo seus assuntos ou matérias. Partindo desse princípio, e conhecendo a instituição – e não instituições, pois concebemos que aqueles que acumularam esse material fazem todos parte, mesmo que alocados geograficamente em instituições de pesquisa diferentes, daquela que Liberti¹ chamou de *Família Espiritual* de Alfonso Bovero – poderemos, então, discorrer sobre os procedimentos arquivísticos e tropeços práticos de ativação dos arquivos da escola *boveriana* de Anatomia, até então ainda não inaptos às funções de arquivos *de facto*.

Sobre as instituições sede: da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (FMCUSP) até a vinda de Alfonso Bovero

Para falar da história do que hoje é a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), é imprescindível levar em consideração a obra de André Mota – atual coordenador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo “Prof. Carlos da Silva Lacaz”. Em sua tese de doutorado, Mota² dedica um capítulo inteiro à “Casa de Arnaldo” e a criação de uma faculdade paulista de medicina. Sendo o foco do capítulo os tropeços e os arranjos políticos institucionais para o estabelecimento de uma instituição estatal para a Faculdade de Medicina, o nome que será posto em questão de análise com maior foco é o de Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920), o Dr. Arnaldo.

¹ LIBERTI, E.A. “Arteriografia” da 1ª e 2ª Gerações da Família Anatômica de Alfonso Bovero. “Ramos” da Cidade de São Paulo. São Paulo: S/Ed. 2014.

² MOTTA, A. A casa de Arnaldo. In: Motta, André. Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp. p.167-220. 2005.

Partindo da noção de que o Estado de São Paulo se esforçava para compor uma estrutura médica e sanitária que possibilitasse o desenvolvimento da cafeicultura de São Paulo de fins do século XIX, Mota inicia sua exposição falando dos anseios dos grupos dirigentes por uma faculdade de medicina paulista. Com os primeiros anos da República, e a remodelação das leis que definiam o ensino médico a partir das duas faculdades que já existiam (na Bahia e no Rio de Janeiro), as faculdades de medicina passariam a ter a missão de irradiar posturas hierarquizantes para interferir na organização social e política dos mundos urbano e campestre de modo que a essas instituições de ensino teriam o símbolo do avanço científico e da força corporativa – assim como os modelos frisantes das outras duas universidades que já operavam no Brasil. No entanto, para o São Paulo que se pretendia como construtor do novo Brasil e formadora de um pensamento médico “originariamente paulista”, a instauração dessas faculdades na paulicéia “marcaria a oposição da cidade perante o país – não mais como o burgo dos estudantes, mas o laboratório do progresso econômico, intelectual e científico”³.

Seguindo o que diz Maria Lígia Coelho Prado⁴ sobre a necessidade de buscar as concepções filosóficas, que informam e legitimam as instituições universitárias da América Latina nos séculos XIX e XX, e confrontá-las com a vicissitudes políticas em meios as sociedades na qual surgem e dependem, Mota aponta que já em 1870 o grupo positivista e uma parcela liberal e católica viam com reprovação as universidades estatais, por acharem que delegar o ensino ao Estado era um sinal do antigo pensamento imperial de centralização do poder no Estado. O que em 1890, com o controle das políticas educacionais pelos positivistas unidos a Benjamim Constant – Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, articularam medidas que permitiam a particulares a criação de instituições privadas de ensino em todos os níveis, incluindo o superior. A partir das reformas de Benjamin Constant, em 1891, até 1910, teriam sido criadas, no Brasil, 27 escolas superiores, até que, em abril de 1911, era assinada a Lei Rivadávia Corrêa legitimando a criação do ensino livre e particular no Brasil. Consequência disso foi a proliferação do comércio de certificados e diplomas dos mais diversos. Inclusive nesse mesmo ano teria surgido, sob a responsabilidade do Dr. Eduardo Augusto Guimarães – médico e deputado constituinte em 1891, além de ser um dos positivistas militantes que faziam campanha pelo projeto de ensino privado no país –, a primeira Universidade de São Paulo – que como o autor mesmo adverte, não deve ser confundida com a instituição de mesmo nome fundada em 1934 – como a única instituição privada de ensino superior a receber os devidos contornos institucionais.

Mesmo com as pendências relativas ao aparato para o ensino prático, a universidade, que teria as dependências para o início das aulas teóricas, em 1912 começou a lecionar os cursos de medicina, direito, belas-artes, comércio, engenharia, odontologia e farmácia. Isso levantou a insatisfação da corporação médica, que logo se opôs à universidade argumentando a ineptidão dos profissionais em relação ao conhecimento científico – dentre eles o Dr. Ulysses Paranhos e

³ MOTA, *op. Cit.*, p. 167-169

⁴ Prado, 1999, p. 94 *apud* Mota, 2005, p. 169

o Dr. Antônio Carini importantes figuras tanto para a história da medicina quanto da veterinária em São Paulo. O argumento, do ponto de vista político, contra a universidade era de que seria mais correto incumbir os foros do Estado da responsabilidade de gerir um curso médico, pois assim poderia se proporcionar o conhecimento científico para os grupos que a ele interessava, além de reforçar o vigor das práticas e política republicana. Dessa maneira, intensificaram-se cada vez mais as ofensivas contra a faculdade privada, sob as acusações de irresponsabilidade, vaidade, incompetência e falta de apoio corporativo.

Na tentativa de responder as críticas e atrair prestígio para a faculdade de medicina agregando renomes da medicina paulista, a universidade convidou para compor o quadro docente médicos e professores, inclusive os que se opunham ao projeto de ensino privado, como os doutores Arnaldo Vieira de Carvalho, Rubião Meira, Luiz Pereira Barreto e Diogo Faria. Isso deu segmento ao fracasso retumbante dos convites, rejeitados com votos de repulsa à organização, direção e métodos de ensino da universidade.

Nos diz Mota que é nesse momento que surge “a figura do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, com sua força biográfica e profissional, para sufocar o que se tentava realizar no campo do ensino médico superior e garantir que suas expectativas de dirigir uma faculdade de medicina oficial [estatal] não fossem frustradas”⁵.

Nascido em 5 de janeiro de 1867, filho de Carolina Xavier de Carvalho e Joaquim José Vieira e Carvalho, formou-se advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo na qual lecionou várias disciplinas, inclusive sendo lente catedrático de Economia Política em 1881. Juiz Municipal, em Campinas, deputado provincial pela União Conservadora, segundo vice-presidente da província de São Paulo, além de deputado e senador no período da República, são algumas de suas atribuições fora da medicina. Após sua diplomação em 1888, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi designado assistente voluntário da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e médico responsável pela Hospedaria dos Imigrantes, do qual se demitiu em 1889, mesmo ano em que foi médico adjunto, médico cirurgião e vice-diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. De 1893 a 1913 assumiu a direção do instituto vacinogênico, em 1894 assumiu a direção da Santa Casa e entre 1895 e 1920 – ano de seu falecimento – foi fundador e sócio da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Dado tal histórico e trajetória, não é de se estranhar sua recusa pela instituição privada e sua influência na capital – inclusive sendo escritor do jornal *O Estado de São Paulo* sob o pseudônimo de Epicarnus e entrando em várias polêmicas sobre os rumos da cidade no que dizia respeito a questões de saúde.

A partir disso, é possível compreender a capacidade do Dr. Arnaldo de encabeçar o jogo político que, junto de seus pares tanto do quadro político quanto da corporação médica, culminou, um ano após o surgimento da universidade privada de São Paulo em 19 de dezembro

⁵ MOTA, *op. Cit.*, p. 175.

de 1912, no surgimento da oficial Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da qual ele próprio foi o primeiro diretor.

O fracasso da universidade privada em São Paulo, inserido no polêmico debate político a respeito do ensino superior livre e privado, mostra como o tema estava ao bel-prazer das interpretações dos Estados brasileiros, dos quais o paulista mostrou-se dono de uma postura inversa aos demais. Seja pelo surgimento de uma faculdade de medicina estatal, seja pela mudança da legislação de 1915, que reavaliou o ensino livre no país, pondo em xeque exatamente a existência dessa universidade mesmo que ela já tivesse tido reconhecimento do governo federal de seus diplomas. Assim, como nas palavras de Elza Nadai, “Se, por um lado, o Estado não deve interferir preferencialmente, por outro, a dominação é tão incontestável que dele se utiliza. Dessa forma, toda a população arcava com o ônus de um sistema de ensino que atendia quase exclusivamente à elite.”⁶

Lograda a derrocada da universidade privada, nos lembra Mota que naquele momento “uma faculdade de Medicina não era vista como prioritária para ao projeto que se arquitetava, sendo as escolas de engenharia, agricultura e comércio avaliadas como as mais urgentes para a organização e manutenção da política vigente.”⁷ Isso remonta à ideia que Nadai expõe sobre a preexistência de uma série de institutos de profilaxia que tinham a responsabilidade de atender às classes populares para garantir a mão-de-obra, refletindo os objetivos sociais do poder em questão. Mas o que justificaria a rápida aprovação e fundação da faculdade oficial em 1912? O autor advoga que devemos ter como foco a política estadual para responder essa questão. Ainda que alguns congressistas politicamente opostos à instituição estatal tenham conseguido retardar o surgimento da faculdade oficial – do momento da lei de 1891 para 1912 –, os desacordos criados desde o governo de Américo Brasiliense, seu apoio a Deodoro da Fonseca, a conciliação em torno do então presidente Rodrigues Alves e suas manobras de aglutinação das correntes divergentes no Partido Republicano Paulista (PRP) para angariar saldo para as eleições de 1913, seriam todos faces da “barganha” que visava acalmar os ânimos, tanto da classe dominante quanto das movimentadas classes populares, e ostentar a harmonia.

A abruptamente fundada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sob a direção do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, tinha sua base metodológica com forte caráter científico e experimental, na qual era enfático o destaque para a pesquisa e os estudos laboratoriais, ao contrário do projeto anterior de forte base teórica. Mas para tal, São Paulo precisaria dispor de todos os recursos – físicos e intelectuais – necessários.

Em 1913, na Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo São Francisco, estabeleceu-se a primeira sede provisória da Faculdade de Medicina e Cirurgia. No ano seguinte, parte

⁶ Nadai, 1981, p. 41 *apud* Mota, 2005, p. 179-180

⁷ MOTA, *op. Cit.*, p. 180.

dos cursos foram transferidos para a unidade da rua Brigadeiro Tobias, na qual teriam permanecido até 1930. Tão logo começaram os cursos a serem ministrados, os problemas começaram a surgir. Péssimas condições estruturais dos edifícios e o tamanho reduzido das salas eram os problemas mais evidentes. Além disso, em decorrência das instalações impróprias, um velho e conhecido problema, enfrentado, sobretudo, pela Anatomia, veio à tona: a questão ética levantada pelo contato com os cadáveres pelos leigos às áreas da saúde. A deficiência estrutural para a dinâmica entre faculdade e necrotério teriam permitido uma “interação” entre as atividades da faculdade no manuseio dos cadáveres e a população da cidade, o que eventualmente desagradou a mentalidade da São Paulo de começos do século XX. Dentre os vários ofícios enviados pelo diretor, e reiterados cotidianamente pelos professores, que sempre batiam na tecla da necessidade de um novo prédio estava a possibilidade da construção de túneis que ligassem as clínicas ao hospital ou o necrotério municipal às alas da faculdade responsáveis pelo tratamento dos cadáveres.

No entanto, com a ausência de medidas para resolver esses problemas, os alunos foram alocados na Santa Casa de Misericórdia, com respaldo das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Vale lembrar que o início do século XX foi o momento de “inchaço urbano” na cidade de São Paulo. Havia um enorme contingente populacional nas periferias assolado por doenças, total ausência de saneamento básico ou qualquer rede social de proteção.

O desconforto era tanto, que o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, já em 1914, chegou ao ponto de fotografar as condições em que se encontrava a Santa Casa de misericórdia, que em decorrência das condições sociais da cidade e institucionais da faculdade, o levou a enviar as fotografias como prova do que dizia. Porém, como nos diz Mota, “pedidos, ofícios e fotografias não foram suficientes para mobilizar as autoridades estaduais em prol do problema crônico que vivia o hospital, ou remover as barreiras ao funcionamento de alguns cursos, com a criação das clínicas.”⁸ Para lidar com os problemas da faculdade de medicina e da Santa Casa, o Dr. Arnaldo recorreu à redução do corpo docente. A escolha dos professores era uma tarefa um tanto quanto complicada. As nomeações eram de sua responsabilidade direta, sendo assim as pressões políticas que sobreviviam de sua indicação como diretor pesavam em suas escolhas. O primeiro corpo docente era composto principalmente por profissionais da Santa Casa, da Sociedade de Medicina e Cirurgia e de universidades estrangeiras. Dos dois primeiros professores estrangeiros a chegarem no Brasil, o único que permaneceu foi Alfonso Bovero – fundador, em 1915, do Museu de Anatomia Humana que hoje abriga parte dos documentos aqui trabalhados – assumindo o curso em meados de abril. Lambert Mayer, o outro professor estrangeiro, retornaria a seu país em decorrência da I Guerra Mundial.

⁸ MOTA, *op. Cit.*, p. 188.

Sobre as instituições sede: do Instituto de Veterinária até as instalações definitivas da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (FMVZ-USP):

Por ventura do destino, permitiu-se que nossa pesquisa, iniciada em 2019, coincidissem com a publicação de uma obra de suma relevância para o estudo da formação institucional da FMVZ-USP. Nesse ano, a própria instituição publicou um livro comemorativo do centenário do curso de veterinária em São Paulo, organizado pelo então diretor da faculdade José Antonio Visintin⁹. Nessa publicação é feito um aprofundado balanço biográfico que, apesar não constituir uma tarefa propriamente historiográfica – não obstante, havendo vários momentos de inflexões de cunho historiográfico tanto sobre assuntos pontuais quanto dinâmicas mais amplas concernentes ao recorte proposto – apresenta, com alto grau de completude, informações e parâmetros contextuais sócio-políticos das instituições que compuseram a trajetória do que é hoje a faculdade.

Partindo do mesmo contexto apresentado na formação do curso de medicina da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, mais especificamente no que diz respeito às políticas sanitárias e aos institutos que de pesquisa – mesmo precisando de maiores análises para tentar definir um ponto preciso de surgimento –, podemos assumir para o que propomos aqui que a medicina veterinária no estado de São Paulo tem suas bases na criação, em 1906, do Ministério da Agricultura, do Posto Zootécnico Central no bairro da Mooca (decreto n. 1460 de 1907) e, em 1910, pelo decreto n. 8.331, o Serviço de Veterinária dentro do ministério. Como identifica Assis¹⁰, a agropecuária permaneceu por muito tempo sem incentivos oficiais a respeito do estudo das doenças de animais domésticos vide a criação desse ministério ter vindo anos depois para preencher o vazio deixado pela extinção da Secretaria dos Negócios da Agricultura em 1892. O autor ainda aponta para o declínio do café como proporcionador da pecuária como uma alternativa econômica. Por conta disso, estaria explicado o foco da zootecnia principalmente para o rebanho, como já expunha Adolpho B. Uchoa em seu *Curso de zootecnia geral e especial* (1902)¹¹.

O ano de 1911 revelou uma efervescência nas tentativas de consolidação de um curso veterinário em São Paulo, mas que acabou resultando em ao menos dois fracassos, o do segmento da universidade de São Paulo privada, cujo fracasso já foi mencionado, e a reunião da Sociedade Paulista de Agricultura que previa recursos privados para uma Escola de Medicina Veterinária,

⁹ VISINTIN, J.A. [org.]. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019.

¹⁰ ASSIS, G.P. *Antecedentes da criação do curso de Veterinária no estado de São Paulo*. In: VISINTIN, J.A. [org.]. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019. p. 19-34.

¹¹ Uchoa, 1902, *apud* Assis, 2019, p. 27.

da qual não se teve mais notícias, restando apenas os votos feitos no I Congresso de Ensino Agrícola, em 1911, para a criação mais breve possível de uma escola veterinária em São Paulo¹².

Para Assis¹³ é no contexto de novas demandas, relativas às necessidades dos produtores paulistas que surge o Instituto de Veterinária (1919). No período anterior a 1914 a exportação de carne brasileira era insignificante. Giovanna Soares Almeida, em *O processo de formação e expansão da cadeira agroalimentar de carne bovina no Brasil e o caso paulista (1909-1989)*¹⁴, aponta ainda para o fato de que até 1908 a única forma de preservar a carne no Brasil era salgando-a, o que não garantiria a exportação de carne fresca. No mesmo ano do congresso (1911) iniciou-se a instalação no estado de São Paulo do, então, maior frigorífico da América Latina sob os cuidados da empresa Armour & Co, havendo no ano seguinte o incentivo por parte do governo federal por meio da isenção tributária para esse setor. Isso se deve em grande parte ao quadro em que se encontrava a indústria animal no país. Com a deflagração da Segunda Guerra, o comércio mundial de carne bovina passou por um *boom* identificado sobretudo de 1915 a 1919. O Brasil acabou se tornando um grande fornecedor de carne para os países em guerra no que se pode notar pelas exportações em 1915 girarem em torno de 11.159 toneladas e em 1919 chegarem a 86.121 toneladas. Esse crescimento só seria refreado pelas medidas estatais de controle de novilhas e pela peste bovina de 1921. Joana Medrado, em sua tese *Do pastoreio à Pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*¹⁵, menciona o historiador e importante empresário contemporâneo à época dos acontecimentos, Roberto Simonsen, que mostrava sua insatisfação com a mentalidade dos ideólogos da economia brasileira que ainda suplantavam a produção de gêneros coloniais – cacau, café, açúcar, tabaco, borracha etc. – ao invés de necessidades essenciais como a carne. Ainda sobre a consolidação do Instituto Veterinário, Assis aponta para a reviravolta na trajetória do Instituto Butantan, como propõe Luiz Antonio Teixeira em “Repensando a História do Instituto Butantan”¹⁶, como fator determinante para um novo modelo de atuação no Serviço Sanitário que gerou novas demandas aos institutos de saúde pública. Sobretudo a partir de 1917 com a nomeação de Arthur Neiva para a direção do Serviço Sanitário de São Paulo e com o atendimento das exigências de Vital Brasil, cujo foco era proporcionar um núcleo de estudos científicos ligados à medicina e diversas ações de higiene, o Butantan deixaria de ser uma instituição produtora de imunizantes para ser uma agência central de execução de ações de saúde pública. É nesse sentido que o autor conclui dizendo que “à crescente necessidade de profissionais ligados à área da saúde animal com o crescimento da pecuária no estado de São Paulo, e

¹² ASSIS, *op. cit.*, p. 29-33.

¹³ ASSIS, G.P. *Fatores determinantes na criação do curso de Veterinária de São Paulo (1919-1937)*. In: VISINTIN, J.A. [org.]. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019. p. 35-46.

¹⁴ Almeida, 2017, *apud* Assis, 2019, p. 41-43.

¹⁵ Medrado, 2013, *apud* Assis, 2019, p. 43

¹⁶ Teixeira, 2001, *apud* Assis, 2019, p. 37

visando o controle de zoonoses, foi criado em 18 de dezembro de 1919, no Instituto de Veterinária, o curso de Medicina Veterinária.¹⁷

Após a volta de Vital Brasil para o Instituto Butantan em 1924, o Instituto de Veterinária já operava há algum tempo na rua Pires da Mota n. 1 no complexo do Instituto Butantan. Em 1925 já havia um projeto de lei para reorganização do Instituto de Veterinária a fim de transformá-lo em uma Escola de Medicina Veterinária. Na exposição dos motivos estariam listados a localização distante do Instituto de Veterinária e a complexidade de atribuições do pessoal técnico, que tinham que ministrar o ensino e fazer os estudos e pesquisas para a Diretoria de Indústria Pastoril, além da ausência de alunos no ano de 1925. Sobre isso, Martins¹⁸ cita José G. Queiroz, em *Medicina Veterinária no Brasil e São Paulo: história* (1991), quando ele aponta para a escolha do governo de financiar os estudos no exterior para aqueles que tinham a vontade de se formar veterinários por ser mais barato que subsidiar uma escola. Apesar dessa vontade, somente em 19 de dezembro de 1928 seria aprovado o projeto n. 94 pela assembleia legislativa do estado, sobre a criação da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (EMV). A respeito do projeto para o novo prédio da EMV, apresentado em 2 de abril de 1930 pelo *Correio Paulistano*, que apontava para os três anos de inatividade do Instituto Veterinário como o motivo do choque de realidades no aumento expressivo do número de candidatos à matrícula com o surgimento da EMV, Eduardo Harry Birgel¹⁹, em “As passagens do ensino da Veterinária em S. Paulo!”, descreve esse projeto como “mais uma quimera política que não surtiu o desejado resultado”. Evidentemente aludindo ao que disse “o Decreto nº 6.809/05-11-1935, ao considerar que a incorporação da Escola de Medicina Veterinária à USP, não havia produzido os desejados efeitos”²⁰.

Já no contexto da criação da universidade de São Paulo, em 13 de setembro de 1934, os alunos da EMV declararam-se em greve. “O que motivou esse gesto extremo foi o fato do secretário da Educação, Márcio Pereira Munhoz, não ter recebido os estudantes, que almejavam a nomeação de um professor veterinário para a diretoria da Faculdade, quando era sabida a intenção do Secretário da Educação e da Saúde Pública de nomear para a direção da Escola um profissional da medicina humana.”²¹. Em 5 de novembro de 1934, Armando de Salles Oliveira editava o Decreto n. 6.809 que previa a desincorporação da EMV da USP, justificando-se com argumentos que em nada tinham a ver com as origens da greve, permitindo a interpretação de uma represália aos grevistas e de toda a classe veterinária. Sobre isso é possível especular a respeito de dois pontos importantes: a diferença na gênese e nas aplicações práticas e a diferença

¹⁷ ASSIS, *op. Cit.*, p. 45.

¹⁸ Martins, 1991, *apud* Assis, 2019, p. 59

¹⁹ BIRGEL, E.H. As passagens do Ensino da Veterinária em S. Paulo! 95 anos de Ensino de Medicina Veterinária no Estado, dos quais: 80 anos na Universidade de São Paulo. In: Academia Paulista de Medicina Veterinária. *Reminiscências e história da Veterinária*. São Paulo: Apamvet, 2014. Disponível em: [//www.apamvet/11-11-2014.pdf](http://www.apamvet/11-11-2014.pdf). Acesso em: 07 mai. 2020. p. 15

²⁰ BIRGEL, *op. Cit.*, p. 19.

²¹ ASSIS, G.P. *Do Instituto de Veterinária à Escola de Medicina Veterinária de São Paulo*. In: VISINTIN, J.A. [org.]. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019. p. 74.

na composição dos quadros dirigentes e corporativos de ambas as medicinas, veterinária e animal, no estado de São Paulo. Enquanto a medicina humana se intensifica em São Paulo, sobretudo, com o argumento da garantia de manutenção de uma nova fonte de mão de obra para uma já consolidada, mesmo que decadente, prática econômica – além de ser composta tanto por políticos e diletantes já instalados nos quadros administrativos –, a veterinária surge em meio a nova modalidade econômica de criação e exportação pecuarista fortemente influenciada pelas práticas e aplicações importadas, sobretudo, do centro-leste europeu – incluindo toda a bagagem ideológica que isso implica. Isso pode significar que a veterinária se constitui em um campo de pesquisa e produção de conhecimento – com aplicações em uma modalidade econômica, que sabidamente, hoje compõe a base sólida da economia brasileira no setor do agronegócio – possivelmente sem laços inquebráveis com um projeto ou arranjo político anterior a sua difusão. Seria dessa possibilidade de perda de controle político sobre esse conhecimento que se daria essa represália à EMV por parte do interventor federal em São Paulo, Armando de Salles Oliveira, frente vontade de retirar do quadro docente veterinário os médicos da medicina humana, o que se evidencia pela incoerência nas justificativas dessa medida de desincorporação em relação às demandas dos grevistas.

“O conselho aprovou a desincorporação, uma vez que fosse imediatamente instituída uma nova Faculdade de Medicina Veterinária. Em seguida o caso foi levado ao conhecimento do Conselho Nacional de Educação. E um conselheiro propôs, a seguir, que os novos catedráticos da futura Faculdade, fossem escolhidos por concurso. E assim aconteceu. A boa vontade e compreensão dissipou as nuvens de um conflito de ordem legal e administrativa.”²². Sendo o autor dessa passagem um dos fundadores da universidade, vemos que essa foi a versão oficial, que se manteve até pelo menos 20 anos após a querela que se estabeleceu. Não fosse pelo cunho ideológico no estrato desse problema, a “boa vontade” até poderia ter proporcionado esses ares de final feliz. No entanto, a ciência não é ingênua e imparcial, como querem alguns. Na memória recente vemos o resultado desse transtorno, em obras comemorativas da Universidade, como o livro *USP 70 anos – Imagens de uma história vivida*²³, organizado pelo eminente historiador social Shozo Motoyama, há a omissão da EMV entre as instituições que formaram a universidade – o que não necessariamente significa uma omissão proposital, mas, em última análise, um apagamento. Seguindo a descrição desse evento de desincorporação feita por Guy Capdeville²⁴, sobre a relação entre desincorporação e “resultados desejados”, podemos entender que as demais instituições, e, como já apontado, sobretudo a outra face da medicina – a humana –, por não terem sido desincorporadas, devem ter atingido esses resultados.

“No relatório da Assembleia Legislativa de São Paulo, de 1936, sobre a Faculdade de Medicina Veterinária, foi destacado que em 2 de maio de 1935 a FMV da USP foi instalada no

²² Campos, 1952, p. 122 *apud* Assis, 2019, p. 79-80.

²³ Motoyama, 2006, *apud* Assis, 2019, p. 80.

²⁴ Capdeville, 1991, p. 89 *apud* Assis, 2019, p. 81.

prédio n. 79 da rua São Luiz [...]”²⁵. Em 18 de junho de 1936 foi nomeado para a cadeira de Anatomia Descritiva dos Animais Domésticos o prof. Max de Barros Erhart, sendo a nomeação por concurso e, portanto, o primeiro professor da cátedra de anatomia depois da reincorporação.

Os anos situados entre 1934 e 1969, segundo Angelo Stopiglia²⁶, podem ser considerados como a etapa menos tumultuada da instituição. O ano de 1969 aparece aqui como o ponto de ocorrência daquela que o autor chama de a “mudança mais radical” na Universidade de São Paulo depois de sua criação. Com a vigência do Estatuto aprovado em 18 de dezembro de 1969, a USP passava a ser uma autarquia de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, sujeita ao governo do estado. A mais contundente mudança nessa reconfiguração foi a redução de forma drástica do exercício do poder do professor catedrático, o qual tinha total controle do que seria desenvolvido em seu domínio, passando, a partir de então, a prestar contas de todos os projetos a serem desenvolvidos ao conselho de seu respectivo Departamento para aprovação.

Segundo João Palermo Neto, “nas declarações do então ministro da educação, Suplicy Lacerda, ficava claro que a urgência resultava da necessidade de disciplinar o estudantado – “Os estudantes devem estudar e os professores ensinar e não fazer política”.”²⁷ Essas iniciativas respondiam, como continua o professor Palermo, à ameaça que as atividades políticas estudantis representavam à “Segurança Nacional”.

“Assim como a extinção das cátedras do regime de cátedras da Universidade de São Paulo foi sentida, por certo tempo, no início dos anos 1970, a criação dos Institutos de Básicos, da mesma forma, teve impacto direto na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP.”²⁸ A criação desses institutos demandava dos professores e seus departamentos a completa realocação nos novos institutos, o que, para a FMVZ-USP em especial, significou a perda de várias lideranças, não somente de ensino, mas político-administrativas. Contudo, duas cátedras permaneceram na faculdade – Anatomia dos Animais Domésticos e Patologia e Clínicas Cirúrgica e Obstetrícia – rearranjando-se nas disciplinas que juntamente da então recém formada disciplina de Radiologia formaram o departamento de Cirurgia e Obstetrícia (VCO), no início de 1970, em contrapartida dos institutos de Pesquisas Básicas. Sobre essa permanência, Irvênia Luiza de Santis Prada²⁹, professora da FMVZ-USP, diz que o professor Orlando Marques de Paiva, usando de argumentos tanto de ordem política, como querem alguns, quanto de ordem econômica, foi o responsável pela manutenção da cadeira de anatomia veterinária juntamente à Faculdade. O VCO sofreu ainda uma modificação com a finalidade de dar origem, em 1988, ao

²⁵ Assis, *op. Cit.*, p. 89.

²⁶ STOPIGLIA, A.J. *Da Faculdade de Medicina Veterinária à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (1938-1969)*. In: VISINTIN, J.A. [org.]. *Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo: 100 anos de história (1919-2019)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. 2019. p. 101.

²⁷ Palermo Neto, 1995, *apud* Stopiglia, 2019, p. 118.

²⁸ STOPIGLIA, *op. Cit.*, p. 123.

²⁹ Prada, 1995, p. 43 *apud* Stopiglia, 2019, p. 125.

Departamento de Reprodução Animal (VRA). As cadeiras que sobraram dessa cisão deram origem ao Departamento de Cirurgia (VCI). “Na Cidade Universitária, a Faculdade foi disposta em barracões novos, cuja construção não era refinada, porém atendia às necessidades da Faculdade no que concerne às disciplinas que lá se instalariam, principalmente levando em conta que a nova mudança para os prédios definitivos deveria ocorrer entre cinco e dez anos.”³⁰ Em meados da década de 1980 o prédio de dois andares, quadrilátero, com possibilidade de ampliação horizontal, à margem da av. Corifeu de Azevedo Marques, n. 3170, veio ser ocupado. Somente em 1990 uma grande parte da Faculdade mudou-se para os prédios definitivos na av. Orlando Marques de Paiva n. 87, transferência essa que só foi ser concluída em 2011.

Il signore Alfonso Bovero

O atento observador que hoje se posicionar de frente para a FMUSP, localizada na avenida Dr. Arnaldo, e seguir para a direita nessa avenida, em certo momento, irá se deparar com o cruzamento indicado pelas placas “Avenida Dr. Arnaldo” e “Avenida Professor Alfonso Bovero”³¹ (Fig. 1). Dessa maneira, estando simbolizada, propositalmente ou não, a presença do anatomista piemontês na terra dos bandeirantes.



Figura – 1 Foto das placas no cruzamento das avenidas Dr. Arnaldo e Professor Alfonso Bovero
Fonte: Arquivo pessoal José Closs

³⁰ STOPIGLIA, *op. Cit.*, p. 168.

³¹ A avenida que recebeu o nome do eminente anatomista através do Ato n° 1.291 de 18 de setembro de 1937, mesmo ano em que faleceu Alfonso Bovero. Ver: Rua Alfonso Bovero. *Dicionário de Ruas*. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-professor-alfonso-bovero>. Acesso em: 03 mar. 2020.

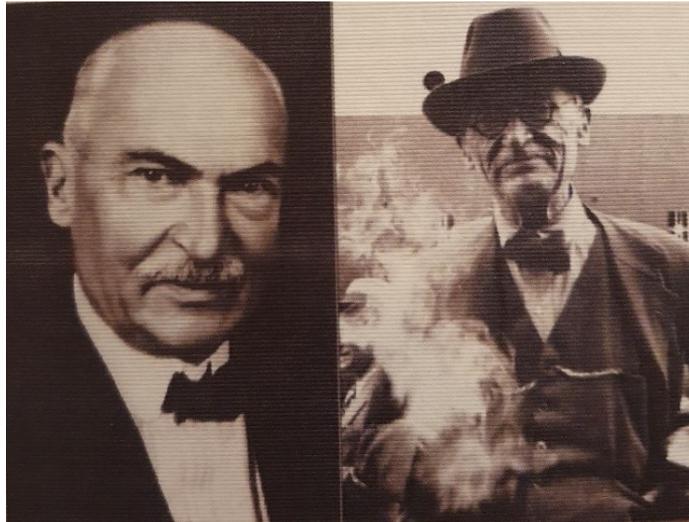


Figura 2 – Fotografias de Alfonso Bovero

(À esquerda, Bovero nos anos que comandou o departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. À direita, Bovero fumando seu “charuto toscano, que jamais abandonava” prestes a embarcar no navio Conte Biancamano para retornar, pela última vez, à Itália.³²)

Edson Liberti – um dos últimos Anatomistas efetivamente pertencentes à escola *boveriana* de Anatomia, além de ser o atual curador do Museu de Anatomia Humana Alfonso Bovero, o que demonstraremos mais adiante quando falarmos das gerações “anatômicas” –, em memória dos 100 anos da escola *boveriana*, cumpre a tarefa de compor o quadro informacional com tudo aquilo que é imprescindível para conhecer a escola *boveriana*. Filho do médico Michele Bovero e Zaveria Bovero, Alfonso Bovero nasceu aos 26 de novembro de 1871. Em 1895 seguiria a profissão do pai e se formaria médico pela Universidade de Turim. Já em 1893, ainda como aluno, fora convidado para ser monitor de Carlo Giacomini (1840-1898) – notório anatomista e neurocientista, professor da Universidade de Turim, cujos estudos antropológicos ajudaram a pôr em cheque as postulações de Cesare Lombroso sobre a criminalidade estar ligada ao aspecto exterior dos indivíduos, além de ter aprimorado a técnica de conservação de peças anatômicas em glicerina. Prática que ficaria conhecida como “método de Giacomini”. Durante 1897/98, frequentou, em Berlim, os cursos de Histologia e Embriologia do professor Oscar Hertwig (1849-1922) e Anatomia do professor Heinrich Waldeyer-Hartz (1836-1921). Por convite de Romeo Fusari (1857-1919) – sucessor de Giacomini – Bovero, no recém-construído “Palazzo degli Istituti Anatomici” da Universidade de Turim (1897), tornou-se Assistente-Chefe de Anatomia em 1900 e, apenas 7 anos após sua diplomação, em 1902, Livre-Docente de Anatomia Normal, Descritiva e Topográfica. No período entre 1906 e 1909, exerceu a Cátedra de Anatomia Artística na Real Academia Albertina de Belas Artes de Turim. Entre 1909 e 1910, regeu a Cátedra de Anatomia da Universidade de Cagliari. Após esse período de nomadismo institucional, retornou à universidade de Turim onde permaneceu até o início de 1914.

³² LIBERTI, *op. Cit.*, p. 16.

Símbolo do forte laço com seu mestre, Bovero – por incumbência do testamento de Giacomini – ficou encarregado de preparar-lhe o esqueleto, que até hoje está exposto no museu de Anatomia da Universidade de Turim. Tarefa essa, que aos olhos de muitos desavisados pode parecer algo mórbido, mas que para aqueles que dedicaram a vida ao estudo da Anatomia significava um sinal supremo de consideração e respeito.

Como supradito, em 1914 Bovero aceita o convite do Dr. Arnaldo para assumir a Cátedra de Anatomia e, em 1915, a Cátedra de Histologia, na qual permaneceu até 1925. Sua atuação no meio acadêmico brasileiro foi, à época, de tal profundidade que, como nos lembra Liberti: “As diretrizes que Bovero imprimiu ao ensino da Anatomia em nosso meio determinaram o surgimento da *fase boveriana* da anatomia brasileira com repercussão tamanha que “a sua simples enumeração daria tomos”. Para que se tenha ideia da sua grandiosidade, o “Vechhio Anatômico”, como aludia a si próprio, foi agraciado pelo Governo da República, em 1936, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador.”³³

Em uma visão menos biográfica – o que não implica juízo de valor – e mais historiográfica sobre Alfonso Bovero, é, novamente, importante nos voltarmos ao que escreveu André Mota³⁴. O autor nos introduz o contexto histórico tanto da formação de Bovero quanto da medicina italiana no Brasil de inícios do século XX. Outra visão historiográfica de extrema relevância para nosso estudo, é a obra de Ana Carolina Biscalquini Talamoni³⁵, que em sua tese de doutoramento realiza uma completa análise histórica da trajetória anatômica – tendo seu encerramento exatamente na Anatomia paulista – com o foco especial, evidente na leitura da obra, à uns dos, se não os mais antigos problemas enfrentados pelos anatomistas: os *tabus* da morte e de seu símbolo máximo, o cadáver – discussão que evitaremos por não pertencer aos limites de nossa proposta.

Partindo da formação médica de Bovero, Mota nos leva ao contexto familiar do anatomista apresentando a profissão de *Médico Condotta* – médico viajante que executava a profilaxia de campanha e tratamento sem sofisticação daqueles desamparados pelos respectivos regimes – que exercia o pai de Bovero. No entanto, mais afeiçoado à Anatomia, acabou por adentrar o meio dos “eventos educacionais, científicos e sociais”, que atraíam à elite da aristocracia turinesa, por meio de sua assistência à Carlo Giacomini. Algo diametralmente oposto à realidade de seu pai como médico de campanha. Foi nesse contexto em que Bovero desenvolveu sua carreira e atribuições no continente europeu.

³³ LIBERTI, *op. cit.*, p. 14.

³⁴ MOTA, A. Il Signore Alfonso Bovero: um Anatomista Ilustre na Terra dos Bandeirantes, São Paulo 1914-1937. *O Anatomista*, v. 4, a. 2, p. 45-67, 2011.

³⁵ TALAMONI, A.C.B. *No anfiteatro da anatomia: o cadáver e a morte*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Já avançando para sua chegada no Brasil, seguindo o que diz Maria do Rosário Salles³⁶ sobre necessidade de se fazer uma distinção importante para tratar da chegada dos médicos italianos a São Paulo, o autor estabelece duas levas de médicos. Na década de 1880 teriam ocorrido as mudanças no campo da saúde pública que determinariam a chegada desses médicos. Aliada, naturalmente, ao processo de imigratório italiano estabeleceu-se a carência de cuidados médicos aos imigrantes, que muitas vezes não suportavam os graves problemas de saúde que, muitas vezes, tornavam-se fatais antes mesmo de se chegar ao país de destino – vale lembrar do momento em questão: uma época marcada por constantes surtos epidêmicos tanto no interior como na capital paulista. Desse modo, “a primeira leva de médicos italianos preocupou-se com essa questão, criando casas de saúde, clínicas e hospitais e se integrando à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo”³⁷. É nesse contexto que se lançaram as bases para uma sistemática imigração médica italiana, sobretudo, em 1901, com o início do auxílio monetário do governo italiano pelo Fundo de Emigração, visando empreendimentos que buscassem melhorar a assistência ao imigrante, e a inauguração, em 1905, do hospital da Sociedade Italiana de Beneficência.

Se a primeira leva de médicos teria vindo na ressonância de um plano imigratório, a segunda leva (1910-1920) seria oriunda da reorganização desse contexto sob forte influência de diversos fatores, como as crises de superprodução – que tiveram sua expressão máxima na famigerada Crise de 1929 – e a queda dos preços do café, além da política imigratória italiana reconfigurada pelo quadro político internacional do conflituoso momento.

É importante também frisar, como aponta Mota, que Bovero não viria sozinho para o Brasil. Tomando por base o estudo de Mott *et al.*³⁸, ele nos mostra que dos 301 pedidos de reconhecimento de diplomas médicos nas primeiras décadas do século XX, 197 eram italianos, dos quais 65% vinham de cidades do Sul da Itália formados pela Universidade de Nápoles. É importante notar que apenas uma única médica, uma italiana formada na Universidade de Turim, consta nesses números. As duas primeiras médicas que adentraram o masculino e prestigiado campo da medicina de São Paulo – que, em 1913, enalteceu a presença de mulheres na primeira turma de aprovados no exame de admissão da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo – foram, respectivamente, a belga Maria Rennotte e a italiana Olga Caporali. Sobre essa última, Mota escreve que: “Segundo consta em Ata de Congregação da Faculdade, três médicos vindos da Itália se inscreveram para o exame [de autorização de diploma para o exercício profissional]: Mario Gatti, formado pela Real Universidade de Nápoles, Giovanni Bellotti, formado pela Real Universidade de Sienna e uma médica, que assinava um sobrenome a mais que no Registro do Governo do Estado – Olga Caporali Bovero –, formada pela Escola Médica de Turim e que, pela data da diplomação, 1911, teria sido então aluna de Alfonso Bovero.”³⁹

³⁶ Salles, 1997, *apud* Mota, 2011, p. 48.

³⁷ MOTA, *op. Cit.*, p. 48

³⁸ MOTT *et al.*, 2008 *apud* Mota, 2011, p. 53.

³⁹ MOTA, *op. Cit.*, p. 54

É nessa leva que Alfonso Bovero está inserido. Talvez boa parte do mistério que ainda obscurece a vinda do mestre italiano ao Brasil se deva ao caráter turbulento desse momento. As especulações sobre os jogos políticos e institucionais, desafetos pessoais, interesses individuais e tantas outras proposições a se fazer, são questões para um caso específico desse momento histórico que demandariam pesquisa transatlântica para buscar a solução. É evidente que se solucionadas, trariam luz para um campo de estudos historiográficos de extrema relevância não só para a História das Instituições, como para História das Ciências de uma maneira geral. No entanto, por hora, trabalheemos com as informações oficiais. O convite de Dr. Arnaldo continua sendo uma das mais fortes atribuições para a vinda de Bovero. O convite feito deve ser entendido junto de dois pontos essenciais: a fundação da faculdade oficial de medicina em 1912, fortemente apoiada pelo corporativismo médico dos grupos dirigentes, e as orientações de ensino, do então diretor, voltadas para a base científica e experimental. Características muito semelhantes às que trazia consigo Bovero, pois como lembra Talamoni: “A formação acadêmica de Bovero, que aliou a docência e a pesquisa, foi uma síntese da proposta descritiva italiana com o experimentalismo, o comparativismo e o incentivo à pesquisa proposta pelos alemães, fazendo de ambas as práticas recursos necessários para a formação e a prática médicas.”⁴⁰

Talamoni e Bertoli-Filho⁴¹ identificam na formação de Bovero a “proposta germânica”. Essa seria a expressão acadêmica do “reducionismo fisiológico” alemão que, a partir da teoria darwiniana e do avanço das pesquisas laboratoriais de fisiologia experimental, aliada aos avanços das técnicas de mensuração e visualização macro e microscópicas dos organismos, nas palavras de Coleman, nos mostra um movimento no qual os cientistas alemães: “[...] mantiveram a premissa da existência de movimento na matéria bruta. A noção de força e movimento da matéria bruta constituía-se em fonte satisfatória de explicação. Esta foi uma nova e radical geração, materialista, que, em termos filosóficos, tentou efetuar uma revolução na ontologia ao reavaliar as prioridades, de modo a conferir a influência dos princípios da mecânica nas ciências.”⁴²

Dentre os nomes mais expressivos do grupo mais conservador no “reducionismo fisiológico” – representada por Johannes Müller (1801-1858) e seus alunos –, está o de Karl Reichert (1811-1883), mentor de Heinrich Wilhelm von Waldeyer (1836-1921), conhecido por descobrir a divisão cromossômica, quem, por sua vez, trabalhou, temporariamente, com Bovero na Universidade de Berlim. Além disso, no que diz respeito à morfologia, a interpretação evolucionista, vertente que prevaleceu na Alemanha e debruçou-se sobre a gênese evolutiva das espécies, questionava a capacidade da anatomia comparada de respaldar as diversas variantes no processo evolutivo dos animais, sobretudo o do ser humano. Mesmo que houvesse divergências com essa interpretação, a controvérsia não foi levada a cabo, pois a morfologia fora logo reconhecida

⁴⁰ TALAMONI, *op. Cit.*, p. 149

⁴¹ TALAMONI, A.C.B.; BERTOLLI FILHO, C. *A anatomia e o ensino de anatomia no Brasil: a escola boveriana*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 21, núm. 4, outubro-diciembre, 2014, pp. 1301-1322.

⁴² Coleman, 1977, p. 150-151 *apud* Talamoni; Bertoli-Filho, 2014, p. 1308

como essencial para o entendimento do processo evolutivo. Dentre as mais influentes contribuições no campo da morfologia evolutiva estão as de Thomas Henry Huxley (1825-1895), de Richard Owen (1804-1892) e dos morfologistas evolucionistas como Francis Maitland Baupour (1851-1882) e Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919). Haeckel, que fora professor do embriologista Oscar Hertwig (1849-1922), na Universidade de Jena. Hertwig, em 1899, ocupou a cátedra de anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Berlim, onde trabalhou com Bovero. Assim, podemos ver alguns dos nomes que compuseram a influência da “proposta germânica” na formação de Bovero.

Enquanto permaneceu no Brasil, Bovero, na sua missão de lecionar anatomia e organizar o respectivo departamento na recém fundada faculdade, acabou por inaugurar um novo período no ensino e na pesquisa anatômica brasileira. Esse legado – que engloba a materialização da proposta trazida por Bovero, sendo ela a produção de peças anatômicas para estudo pelos integrantes da escola *boveriana*, que formam ainda hoje o acervo do museu de anatomia criado pelo próprio Alfonso Bovero, e o acúmulo de publicações, que tiveram início com a compra da biblioteca particular de Alfonso Bovero pelo governo de São Paulo – se manteve e se reproduziu naquela que ficou conhecida como a escola *boveriana* de Anatomia. Como apontam Talamoni e Bertoli-Filho⁴³, a partir de 1918 com a superação dos problemas estruturais da FMCSF pela atuação da fundação Rockfeller, além dos auxílios, inclusive financeiros por parte do empresário Francisco Matarazzo, da colônia italiana em São Paulo, Bovero pode promover seus ideais “puramente científicos”. A respeito desses, Liberti⁴⁴, na perspectiva boveriana da formação e prática anatômica, menciona o princípio de equidade – necessidade de imparcialidade, constância, entre o clássico e o contemporâneo – não à toa a maior contribuição bibliográfica de Bovero foi um original da obra *De Humanis Corpore Fabrica* de Andrea Vesalius, enquanto, concomitantemente, trazia consigo a contemporaneidade da proposta alemã como contribuição intelectual –, e a aplicação de provas práticas de Anatomia, visando padrões mais exigentes.

1ª e 2ª gerações da escola *boveriana* de Anatomia

Para admitirmos a existência de uma escola *boveriana*, implica definirmos o que se entende, dentro dos parâmetros socio-filosófico, como os elementos constituintes de uma escola. Talamoni e Bertoli-Filho, fazem uma adaptação da definição de André Lalande⁴⁵ sobre *escola* dizendo que “uma escola de pensamento caracteriza-se pela existência de um grupo de estudiosos que compartilham um conjunto de conhecimentos com um alto grau de harmonia e contam com um chefe ou uma sucessão de chefes admitidos como legítimos pelo grupo. Além disso,

⁴³ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. Cit.*, p. 1310.

⁴⁴ Liberti, 2010, p. 8 *apud* Talamoni; Bertoli-Filho, 2014, p. 1311.

⁴⁵ Lalande, 1999, p. 318 *apud* Talamoni; Bertoli-Filho, 2014, p. 1302.

uma escola deve contar com uma organização que lhe seja própria e, com um local fixo de reunião, que pode ser um prédio e/ou um espaço simbólico, onde ocorram reuniões periódicas, como congressos científicos, durante as quais sejam (re)lembrados, exaltados e ritualizados os pressupostos básicos, assim como cultuados os pais-fundadores da própria escola.”⁴⁶

Como vimos, a fundação da faculdade estatal de medicina e a vinda de Alfonso Bovero, respectivamente, em 1912 e 1914 foram o momento em que as bases para a escola *boveriana* foram lançadas. Assim, definindo tanto o local para as reuniões quanto o compartilhamento de conhecimentos pelos integrantes iniciais. No entanto, essa configuração estaria sujeita às transformações institucionais do ensino superior público em São Paulo.

É importante salientar que a escola *boveriana* não se pretendeu a partir da chegada e estadia de Bovero no Brasil. As primeiras manifestações de tomada de consciência sobre essa corrente de pensamentos só foi aparecer após a morte do mestre italiano. De modo que, para os raros pesquisadores que se dedicam ao estudo da Anatomia paulista – arriscaria dizer da Anatomia como um todo –, “uma das situações que conferiu um sentido mais evidente à existência da “escola” instituída por Bovero deu-se após a morte do professor italiano, mais precisamente no discurso proferido pelo professor doutor Renato Locchi quando assumiu a cátedra de anatomia descritiva e topográfica deixada por Bovero, em 19 de setembro de 1937”⁴⁷

Olhemos agora para quem foram os primeiros representantes dessa escola, as duas primeiras gerações.

Seguindo o que nos diz Liberti sobre muitos discípulos da *primeira e segunda gerações* não estarem relacionados, tanto na *Arteriografia* (Fig. 3) quanto na apresentação que faremos, isso se deve à relação entre as trajetórias desses discípulos e a trajetória da corrente *boveriana*. Daqueles que não estão relacionados, é importante frisar que, mesmo que tenham tido sua formação anatômica sob tutela de Alfonso Bovero, esses anatomistas seguiram para outras Cátedras destacando-se como formadores de discípulos em outras disciplinas. “É o caso, de discípulos da *Primeira Geração*, como Benedicto Augusto de Freitas Montenegro que, em 1914 iniciou a sua carreira na Anatomia, mas, em 1916, transferiu-se para a disciplina de Anatomia Médico-Cirúrgica, Operações e Aparelhos, tornando-se Catedrático em 1930”⁴⁸. Há também o caso específico de Waldomiro de Paula que, talvez por ter sempre desempenhado suas atividades na escola *boveriana* sob o contrato de técnico – atribuição hierarquicamente inferior à de Professor e de Assistente –, nunca foi relacionado como um dos integrantes efetivos da escola. Um ramo cortado da família anatômica, exatamente como ilustra Liberti no *ramo 3* de sua “arteriografia”.

⁴⁶ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1302.

⁴⁷ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1312.

⁴⁸ LIBERTI, *op. cit.*, p. 18

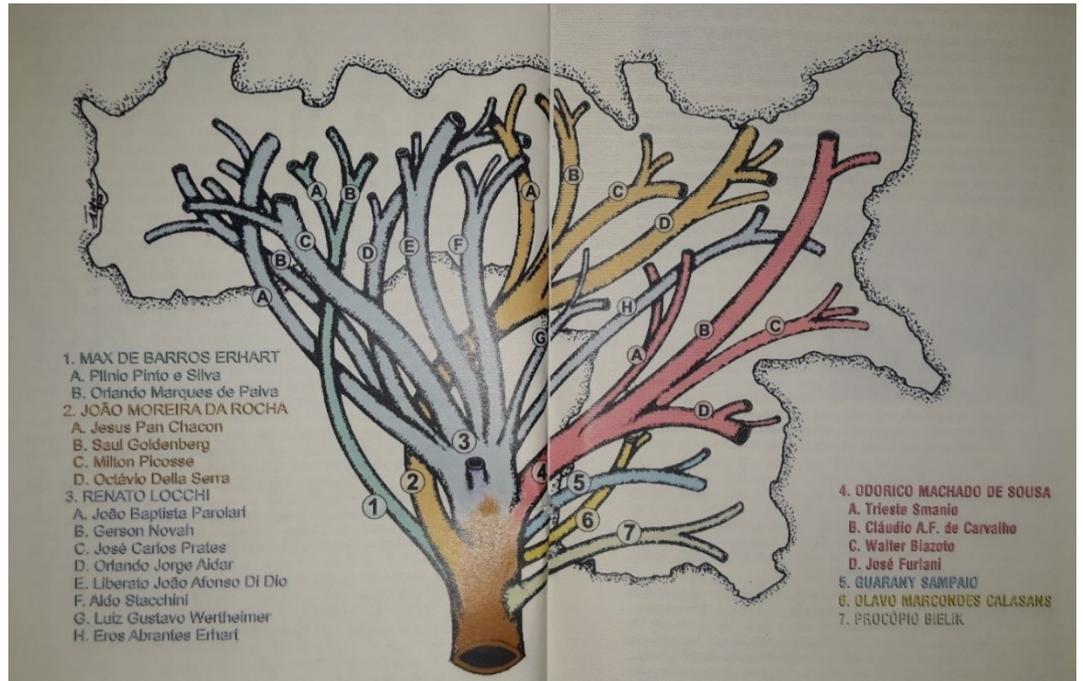


Figura 3 – “Arteriografia” das primeiras duas gerações da escola *boveriana*
Fonte: Edson Aparecido Liberti⁴⁹

Aluno dos anatomistas Aldo Stacchini, Cláudio Antônio Ferraz de Carvalho, Jesus Pan Chacon, José Carlos Prates, José Furlani e Saul Goldenberg, Edson Aparecido Liberti, em sua “*Arteriografia*”, relaciona (Fig. 4), em ordem cronológica ao início na carreira da Anatomia, os principais nomes da escola *boveriana* às suas respectivas gerações e algumas das principais atribuições:

<i>Primeira geração:</i>	<i>Ano de ingresso na Anatomia, instituição de formação e atribuições</i>
<i>João Moreira da Rocha</i>	(1916) - FMUSP. Primeiro Catedrático da disciplina de Anatomia Descritiva e Topográfica da Escola Paulista de Medicina (EPM) (1933) e primeiro Catedrático de Anatomia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP (1934).
<i>Renato Locchi</i>	(1925) - FMUSP. Catedrático de Anatomia da FMUSP (1937). Diretor da FMUSP (1947-1950) e Chefe do Departamento de Anatomia da FMUSP (1937-(1955). Diretor do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina Universidade de Minas Gerais (1957). Catedrático de Anatomia da Pontifícia Universidade Católica de Sorocaba (1958) e Catedrático de Anatomia da EPM (1960).

⁴⁹ LIBERTI, *op. cit.*, p. 22-23

<i>Max de Barros Erhart</i>	(1926) - FMUSP. No ano de 1936 tornou-se o Primeiro Catedrático de Anatomia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP (FMVZ/USP) e Diretor da mesma Faculdade (1939-1943)
<i>Odorico Machado de Sousa</i>	(1930) - FMUSP. Catedrático de Anatomia da FMUSP (1956) e Chefe do Departamento de Anatomia da FMUSP e do ICB/USP (1955-1974). Fundador do Departamento de Anatomia da Pontifícia Universidade Católica de Sorocaba (1951).
<i>Procópio Bielk</i>	(1934) – ? . Único discípulo da Primeira Geração não oriundo da Faculdade de Medicina da USP, tendo cursado Medicina na Rússia. Atuante principalmente nos trabalhos práticos, não exerceu outra atividade que não a de Assistente do Departamento de Anatomia da FMUSP.
<i>Olavo Marcondes Calazans</i>	(1935) - FMUSP. Fundador do Departamento de Anatomia da Pontifícia Universidade Católica de Sorocaba (1951) e do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina de Jundiaí (1969).
<i>Guarany Sampaio</i>	(1935) - FMUSP. Manteve-se, literalmente, no ambiente do laboratório de Anatomia, onde viveu para dissecar e ensinar, em qualquer período que fosse solicitado pelos alunos com tal dedicação, tornou-se o professor de Anatomia mais homenageado pelos jovens médicos.
<i>Segunda Geração:</i>	<i>Ano de ingresso na Anatomia, instituição de formação e atribuições</i>
<i>Orlando Marques de Paiva</i>	(1937) – FMVZ/USP. Discípulo de Max de Barros Erhart. Professor Titular da FMVZ/USP, foi seu Diretor (1965-1972) e Reitor da Universidade de São Paulo (1973-1977)
<i>Plínio Pinto e Silva</i>	(1937) - FMVZ/USP. Discípulo de Max de Barros Erhart. Livre-Docente de Anatomia da FMVZ/USP. Juntamente com o Professor Valêncio de Campos Matos. foi um dos primeiros professores de Anatomia da Faculdade de Medicina Veterinária da UNESP de Botucatu (1962)
<i>Orlando Jorge Aidar</i>	(1939) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi Primeiro Professor da Disciplina de Anatomia da Faculdade de Medicina de El Salvador (1956-1960) Primeiro Titular de Anatomia da Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1963) e Diretor da mesma Faculdade (1982-1984)
<i>João Baptista Parolari</i>	(1941) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi. Fundador e primeiro Professor de Anatomia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas UNICAMP- (1963).
<i>Gerson Novah</i>	(1942) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi. Fundador e primeiro Professor do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - Campus de Ribeirão Preto (1952).
<i>Octávio Della Serra</i>	(1945) - EPM. Discípulo de João Moreira da Rocha. Catedrático da disciplina de Anatomia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP (1952). Primeiro Professor da Disciplina de Anatomia da Universidade de Brasília (1965), professor Titular de Anatomia da Faculdade de Medicina de Santos (1967) e da Faculdade de Medicina do ABC (1970).

<i>Liberato João Afonso Di Dio</i>	(1946) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi Catedrático de Anatomia da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (1954). Professor de Anatomia da Faculdade de Medicina da Northwestern University of Chicago, EUA (1963-1967) e Catedrático de Anatomia e Diretor da Medical University of Ohio, EUA (1967-1992).
<i>Milton Picosse</i>	(1947) - EPM. Discípulo de João Moreira da Rocha. Professor de Anatomia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP (1952), da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1963), da Faculdade de Medicina da Fundação Lusíada de Santos (1974) e da Universidade de Mogi das Cruzes (1980). Primeiro Titular de Anatomia da Faculdade de Odontologia da USP de Bauru (1962) e primeiro Coordenador do Curso Experimental de Medicina da USP (1969). Chefe do Departamento de Anatomia do ICB/USP (1974-1976).
<i>Jesus Pan Chacon</i>	(1950) - EPM. Discípulo de João Moreira da Rocha. Fundador e primeiro Catedrático de Anatomia da Faculdade de Odontologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP - São José dos Campos (1960). Professor de Anatomia da Faculdade de Medicina de Sorocaba (1955) e professor de Anatomia Aplicada à Cirurgia, no curso de Técnica Operatória da EPM (1958). Catedrático Interino da disciplina de Anatomia da EPM (1960) e professor Titular de Cirurgia do Aparelho Digestivo da EPM (1978).
<i>Eros Abrantes Erbart</i>	(1950) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi. Livre-Docente do Departamento de Anatomia da FMUSP.
<i>Luiz Gustavo Wertheimer</i>	(1950) - FMUSP. Discípulo de Renato Locchi. Professor de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina de Jundiaí (1972) e presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (1972-1973).
<i>Saul Goldenberg</i>	(1954) - EPM. Discípulo de João Moreira da Rocha. Primeiro Professor de Anatomia da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da USP (1951) e Professor do Departamento de Anatomia do ICB/USP (1968-1980). Primeiro Professor da Disciplina de Anatomia e Embriologia e Chefe do Departamento de Morfologia da Faculdade de Medicina de Taubaté (1967-1969). Professor Titular da Disciplina de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental da EPM (1971-1997).
<i>Cláudio Antonio Ferraz de Carvalho</i>	(1959) - FMUSP. Discípulo de Odorico Machado de Sousa. Professor Titular do Departamento de Anatomia do ICB/USP (1975) e Chefe do mesmo Departamento (1978-1983, 1987-1991 e 1993-1995). Coordenador do Curso Experimental de Medicina da USP (1970-1971) e primeiro Titular do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina de Santo Amaro (1969).
<i>Trieste Smanio</i>	(1959) - FMUSP. Discípulo de Odorico Machado de Sousa. Professor Titular e Chefe da Disciplina de Anatomia da Faculdade de Medicina de Santo Amaro (1973).
<i>Walter Biazoto</i>	(1960) - FMUSP. Discípulo de Odorico Machado de Sousa Professor Titular da Disciplina de Anatomia da Faculdade de Ciências Médicas de Santos (1978-1981) e da Faculdade de Enfermagem "Dom Domenico" do Guarujá (1978-1984).

<i>José Carlos Prates</i>	(1961) - EPM. Discípulo de Renato Locchi. Último Catedrático de Anatomia da EPM (1966) e Diretor da mesma Escola (1975-1978) Primeiro Professor de Anatomia da Faculdade de Medicina do ABC (1969). Chefe da disciplina de Anatomia da Faculdade de Medicina de Santo Amaro e Diretor da mesma Faculdade (1987-1990). Diretor pro-tempore (interventor) da Faculdade de Medicina de Taubaté (1979).
<i>Aldo Stacchini</i>	(1962) - EPM. Discípulo de Renato Locchi. Fundador e primeiro professor do Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Mogi das Cruzes (1968-1979), da qual foi Diretor (1976-1979). Professor Titular de Anatomia da Faculdade de Medicina de Santos (1980-1986), e da Faculdade de Odontologia da Universidade Paulista UNIP - (1979-2001).
<i>José Furlani</i>	(1965) - FMUSP. Discípulo de Odorico Machado de Sousa. Professor Titular da Disciplina de Anatomia do ICB/USP (1979) e Chefe do Departamento de Anatomia do ICB/USP (1983-1987; 1991-1993). Fundador e primeiro Titular de Anatomia da Faculdade de Medicina de Cantanduva (1970).

Figura 4 – Quadro dos integrantes das duas primeiras gerações da escola boveriana⁵⁰

Essa apresentação cronológica é de suma importância para o propósito fundamental de nossa pesquisa. Com ela temos um panorama geral da geografia boveriana, em outras palavras, temos um mapeamento institucional das “ramificações” da escola boveriana que nos permite entender o processo de produção e acumulação documental dos arquivos boverianos. Com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, pelo governador Armando Salles de Oliveira, começou-se a consolidar uma instituição de grosso trato que acabaria por impactar – o que não denota um sentido exclusivamente negativo – sobre maneira a estrutura física e intelectual da escola boveriana.

Como diz Liberti⁵¹, no primeiro momento da Anatomia em São Paulo, se tratava de uma conjuntura dos “Professores Catedráticos”, indivíduos com extensa bagagem de conhecimentos que lhe garantiriam a indicação e contratação para o cargo, além de haver muitos que se contentavam em permanecer como “Assistentes Voluntários”, pois isso já garantiria o *curriculum vitae* para dar destaque em seus respectivos cursos. Como dissemos anteriormente, a escola que já tinha suas bases lançadas no compartilhamento de conhecimentos e local comum para reuniões sentiu, com o rearranjo institucional, uma mudança significativa na rotina dos primeiros discípulos. Ao olharmos para a *primeira geração*, segundo a listagem de Liberti, vemos que uma parte

⁵⁰ Adaptado de: LIBERTI, *op. cit.*, p. 18-20

⁵¹ LIBERTI, E. A escola anatômica de Bovero: de onde veio, para onde vai? O anatomista, ano 1, v.1, p.4-10. Disponível em: <http://www.sbanatomia.org.br/arquivos/v1n1.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2019. 2010. p. 5.

expressiva dos integrantes acabaram se tornando os primeiros professores catedráticos de Anatomia em diferentes segmentos da própria universidade à partir de sua fundação – chamam a atenção, sobretudo, os casos de João Moreira da Rocha (Escola Paulista de Medicina (EPM) parte da Atual Universidade Federal de São Paulo), Renato Locchi (discípulo dileto e primeiro sucessor de Alfonso Bovero), Max de Barros Ehrhart (FMVZ-USP) e Olavo Marcondes Calazans (Departamento de Anatomia da Pontifícia Universidade Católica de Sorocaba, atual PUC-SP). Esses discípulos acabaram por levar consigo esse “espírito boveriano” de metodologias e pertença à tradição boveriana – evocado com mais entusiasmo, ao que parece, sobretudo, após a morte do mestre italiano pela consciência de uma escola – para essas outras instituições de pesquisa da grande área das ciências biológicas, pois como lembram Talamoni e Bertoli-Filho, a Anatomia enquanto disciplina “se consagrara como básica na década de 1930, concentrando para si todo o conteúdo descritivo e topográfico da anatomia humana, a partir de 1950, passou a subsidiar novos saberes, dos quais se destacou a parte funcional.”⁵²

A *segunda geração*, por sua vez, é a geração da extinção das Cátedras. É sobretudo com a lei 5.540/68, que instituiu a reforma universitária e a abolição das cátedras que devemos entender a *segunda geração*. A fundação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) no início da década de 70, resultado do rearranjo institucional mais tardio, marca o que se pode chamar de declínio da escola *boveriana*. Pode parecer um paradoxo mencionar um declínio para essa corrente de anatomistas, mas exatamente por observarmos o crescimento exponencial de integrantes, somando-se à extinção das cátedras e ao surgimento dos institutos de Pesquisa Básica, abalou a consciência de uma “linhagem” de mestres e discípulos, pois a descentralização e o embaralhamento institucional dos profissionais acabaram rompendo com a consciência de pertença desses profissionais à escola *boveriana*. Além disso, é preciso lembrar que estamos lidando com um momento de crescente velocidade da transmissão de informações e de hiperespecializações na ciência de uma maneira geral. O que para os laços de memória e para os textos tidos como clássicos era algo extremamente letal.

É sobre esse movimento de segregação das ciências “básicas” que lembra Liberti a respeito do “realocamento dos docentes das disciplinas pré-clínicas, como as anatomias, farmacologias, fisiologias etc., dos departamentos aos quais pertenciam dentro das faculdades de Odontologia, Farmácia e Medicina para o ICB”⁵³. O que, segundo Liberti⁵⁴, transformou o Departamento de Anatomia do ICB em um “prestador de serviços” para vários cursos da universidade. Não à toa, Talamoni e Bertoli-filho⁵⁵ apontam para o declínio do número de pesquisadores formados em Anatomia Humana/Animal em comparação às outras subáreas como bioquímica e fisiologia. Isso, inclusive, gerou a grande questão para os anatomistas brasileiros, que muitas

⁵² TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1316

⁵³ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1318

⁵⁴ LIBERTI, *op. cit.*, 2010, p. 6.

⁵⁵ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1319.

vezes se autointitulam “Anatomossauros”, sobre qual seria o destino da Anatomia em meio às novas e sofisticadas subáreas da ciência.

Por se tratar de uma área, que mesmo sem a intenção pejorativa, acaba sendo restrita ao patamar de “básica”, a Anatomia, essencialmente anatômica, ficou restringida à um campo de atuação muito pequeno comparado à sua importância para as demais áreas e sub áreas. Esse caráter “básico”, ou acabado, pronto, da Anatomia pura não condiz com as propostas atuais de pesquisa da era do “qualis” e “fator de impacto”, muito fundamentados na ideia inovação – palavra que consideramos extremamente problemática, mas que a discussão não nos cabe aqui. É importante, apenas, lembrar que a estruturação do corpo humano não muda a cada ano – é certo que mutações e doenças continuarão a surgir, mas compartilharemos sempre da mesma morfologia e fisiologia de nossos antepassados até que se possa considerar a existência de uma espécie humana diferente da *Homo Sapiens*. O que se pode pensar em inovação na Anatomia são as técnicas de preparo de peças com tecnologias e métodos mais sofisticados, ao exemplo da técnica de plastinação de Ghunter Von Hagens, ou novas utilizações para as técnicas já existentes, o que não garante produção suficiente para competir com as ciências moleculares que são sempre destaques nas mais importantes revistas de ciência. A solução para o problema do desaparecimento da Anatomia parece residir exatamente no que lembra Liberti sobre o preceito boveriano de que “também para a Anatomia vale o princípio geral de renovar-se ou desaparecer”⁵⁶

No entanto, por mais incerto que possa parecer o destino da anatomia e, sobretudo, da contribuição boveriana, é possível perceber que a memória e a identidade desse legado ainda ecoam pelos pontos de incidência dos “ramos da arteriografia boveriana”, além, é claro, do trabalho museológico prestado em favor da anatomia e da escola anatômica boveriana pelo Museu de Anatomia Humana – também colateralmente prestado pelo Museu Carlos da Silva Lacaz – e, recentemente, iniciado pelo arquivo do Departamento de Cirurgia da FMVZ-USP. Exemplo disso são as publicações que de vez em quando são prestadas à memória de Alfonso Bovero, seja na própria USP ou em outras instituições com laços diretos com a escola boveriana. Sobre as últimas, é interessante citar o caso de um pequeno artigo publicado pela Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba⁵⁷, no qual é feito um breve balanço biográfico sobre os três, se assim se pode dizer, “ramos” principais da escola boveriana, Alfonso Bovero, precursor da anatomia no Estado de São Paulo, Renato Locchi, ex-professor da cátedra de Anatomia na atual Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-USP) e Odorico Machado de Sousa, fundador, juntamente de Olavo Marcondes Calazans, do Departamento de Anatomia da atual PUC-SP. Além disso, e o mais interessante sobre o artigo, é a maneira com a qual colocam ao lado dos grandes nomes da escola boveriana os professores Newton de Oliveira, da primeira turma de Anatomia da PUC-SP, e Dario Doretto, um dos pioneiros na Neuroanatomia, inclusive listando,

⁵⁶ LIBERTI, *op. cit.*, 2010, p. 8.

⁵⁷ MORAD, J.F.M.; SIMONETTI, F.S.; SCARPANTI, F.G. Escola Anatômica de Sorocaba: de Bovero até os dias de hoje. *Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba*, v. 15, n. 1, p. 215 - 218, 2013.

a partir de Renato Locchi, os professores que atuaram na construção da história da Anatomia na Faculdade de Medicina de Sorocaba até a atualidade.

A essas contribuições devem ser somadas as de pesquisadores como, André Mota, Ana Carolina Talamoni e Cláudio Bertoli-Filho, além de todos os outros que sentem a latência de se debruçar sobre o, ainda em desenvolvimento, estudo da história, não só da Anatomia, mas da Medicina no Brasil como um todo. Latência essa, que se expressa no apontamento que Charles Singer, eminente historiador da medicina, já em 1956 fazia na republicação do clássico *Uma Breve História da Anatomia* (1957) sobre não terem havido mais exploradores dessa área, o que, ao menos no Brasil, se confirmou muitas décadas depois quando em 1990, no início de sua atuação como professora no curso de história da medicina na Universidade de Campinas, Rachel Lewinsohn apontava, em sua introdução à versão brasileira do livro de Singer (1996)⁵⁸, para a escassez de livros em português sobre a história da medicina. É nesse sentido de investigar a história por detrás da medicina que fizemos nossa pesquisa. Os métodos empregados e os resultados que obtivemos quanto ao contato com as fontes documentais, podendo ser também entendidas como a dimensão física e fontes textuais para essas investigações, é sobre o que trataremos a seguir.

A ativação dos arquivos do MAH e do VCI

Como os dois arquivos aqui trabalhados são detentores de fundos que não recebem mais documentos recém produzidos e sendo ambos arquivos fundamentalmente de cientistas, utilizamos como baliza metodológica as obras *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, de He-loísa Liberalli Bellotto⁵⁹, e *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*, de Paulo Roberto Elían dos Santos⁶⁰. A primeira – uma obra fundamental para a compreensão dos fundamentos e princípios da arquivologia, em sua mais diversa amplitude e generalização – aliada à segunda – que trata da compreensão e do cuidado do tipo de arquivo, como o título bem nos informa, que foi o objeto de nossa pesquisa – formaram o par de conceitualização e discussão teórico-metodológica por nós empregada.

Nos diz Bellotto que o ciclo vital dos documentos passa pela compreensão das três idades – referentes à *teoria das três idades* formulada por Schellenberg (*Modern Archives*, 1956) – que um documento pode apresentar. Enquanto as duas primeiras idades dizem respeito ao caráter político-administrativo dos documentos, a terceira recebe contornos mais concretos, pois con-

⁵⁸ SINGER, C. *Uma breve história da anatomia e fisiologia desde os Gregos até Harvey*. Editora da UNICAMP, 1996. p. 11.

⁵⁹ BELLOTTO, H.L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª ed., Rio de Janeiro: FGV. 2007.

⁶⁰ SANTOS, P.R.E. *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQ-AP, 2012.

sidera que atingindo a idade entre 25 e 30 anos, contados da produção do documento, é necessário o recolhimento desses itens ao local de custódia definitiva: os arquivos permanentes – sendo esse o caráter dos arquivos trabalhados em nossa pesquisa, pois todos os itens neles constantes apresentam idades superiores ao limite máximo apresentado. Ademais, a autora nos lembra que os arquivos permanentes não se constroem por acaso, os documentos não nascem para serem históricos. É a informação contida nessa infinidade de papéis cotidianos – tanto para aqueles que os produziram quanto para os pesquisadores que neles se debruçam – que quando rastreada e analisada, tendo previamente recebido o devido tratamento arquivístico, fornecerá uma visão, ao menos parcial, da sociedade que a produziu. “O documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu.”⁶¹ Isso significa que é preciso retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador, bem como suas atividades pelas quais desempenha suas funções e atividades para as quais realiza suas funções. Essa é a base da teoria de fundos, teoria que rege a organização dos arquivos permanentes.

Antes de entrar na conceituação dessa teoria, é preciso levar-se em consideração que a ativação prescinde uma documentação inativa, ou seja, documentos acumulados sem qualquer critério de avaliação, muito menos qualquer acordo com a entidade de origem. Por conta dessa ligação intrínseca entre arquivo e órgão gerador é que se faz necessária a pesquisa histórica a respeito desse órgão – justamente por conta disso dispendemos tantas páginas a respeito do âmbito institucional e do precursor da escola *boveriana*. Ademais, o primeiro passo para a ativação de um arquivo é a realização da identificação de fundos e de uma triagem que leve em consideração os valores administrativos e históricos dos documentos para, assim, respeitar o princípio fundamental da arquivística, o *respect des fonds*.

Entende-se por fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada no exercício de suas funções, guardando entre si relações orgânicas, que são guardados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro fundo gerado por outra instituição, mesmo que lhe seja afim. Entendida essa concepção, podemos partir os dois desdobramentos do *respect des fonds*: o primeiro, de Schelleberg, no qual o *arranjo* – “processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa de tais unidades entre si”⁶²– dos documentos não deve ser desvinculado do lugar de origem; e o segundo, no qual, na interpretação de Luciana Duranti⁶³, a “santidade”, o fluxo natural e orgânico de produção dos documentos, deve ser respeitada. Da identificação de fundos depende toda a segurança depositada nas informações que serão registradas nos procedimentos de descrição arquivística, base para a pesquisa histórica cuja eficiência é a própria razão de ser dos arquivos permanentes.

⁶¹ BELLOTTO, *op. cit.*, p. 28.

⁶² Schelleberg, 1980 *apud* Bellotto, 2007, p. 135.

⁶³ Duranti, *apud* Bellotto, 2007, p. 131.

Quanto a sistemática do arranjo, Bellotto recorre às justificativas, exaustivamente apresentadas por Schellemborg, concernentes à manutenção da integridade dos conjuntos documentais, bem como as origens e os processos que os criaram, juntamente da defesa da exposição da natureza e do significado dos documentos em seus contextos e circunstâncias, além do caráter técnico e universalizante na uniformidade, que a sistemática de arranjo proporciona. No entanto, para definir um quadro de arranjo, a autora aponta que, como para David Gracy II⁶⁴, o arquivista deve analisar o material em termos de sua proveniência, história institucional, origens funcionais, conteúdo e tipos materiais para que seja possível organizar adequadamente o material.

Realizados esses levantamentos, a autora nos diz que a primeira preocupação para com o material é delimitação dos grupos ou seções, contanto que se conheça o suficiente do material para poder suscitar essa divisão. “A característica norteadora para a constituição de um grupo de fundo é, antes de tudo, o conjunto das funções que justificam a existência do departamento que lhe equivale.”⁶⁵ Essas são as atribuições que importam para todos aqueles que vão pesquisar ou realizar a manutenção no arquivo. Após essa primeira divisão, é preciso distinguir-se as variadas séries, unidades intermediárias para as quais o que importa é mais a função e o tipo dos documentos do que a “autoria” no caso das seções, de maneira que “o léxico internacional de terminologia arquivística define série como uma “sequência de documentos da mesma natureza no interior de um fundo”⁶⁶. Já a subsérie, bom como todas as outras instâncias que indiquem uma variante de um nível hierárquico de separação, procuram discernir exatamente essa variação tipológica ou funcional dos documentos dentro do fundo em seu respectivo nível de descrição. Quanto às atribuições dadas aos níveis *seção* e *série* pela autora, veremos adiante que algumas adaptações foram feitas para os arquivos aqui trabalhados, pois, a perceber pelos exemplos retratados na obra de Bellotto, a tipologia do material aqui trabalhado e o apresentado nos exemplos, além das características institucionais de ambos os órgãos produtores, é muito diversa e não seria possível acatar, sem as devidas adaptações – sem perder de vista, evidentemente, os princípios fundamentais da arquivologia –, ao modelo proposto.

Outro ponto importante é a compreensão da dispersão e reintegração de fundos. Para tal é necessária a distinção entre os dois tipos de fundos que podem ser identificados; o fundo aberto, no qual a acumulação é contínua, e o fechado, no qual a entidade produtora já encerrou suas atividades e, portanto, não há mais acumulação de documentos. Nos arquivos em que tivemos o objetivo da ativação, apresentou-se apenas o segundo caso, valendo lembrar o que diz Bellotto sobre “não confundir a “dispersão de fundos” com o fenômeno da transferência de competências ou atividades de um órgão para o outro [...]”⁶⁷. Este último, que é o caso dos arquivos que trabalhamos tanto no MAH, por conta da transferência do material nele constante da FMUSP para o ICB-USP juntamente do departamento de Anatomia, quanto no VCI, que da

⁶⁴ Gracy II, 1977 *apud* Bellotto, 2007, p. 142.

⁶⁵ BELLOTTO, *op.cit.*, p. 149.

⁶⁶ BELLOTTO, *op.cit.*, p. 152-153.

⁶⁷ BELLOTTO, *op.cit.*, p. 167.

criação da cátedra de Anatomia na FMVZ-USP em 1936 no prédio da Diretoria de Indústria Animal na Rua da Água Branca só foi ser instalado na cidade universitária na segunda metade da década de 60, mesmo período da criação do ICB. Nesse caso o que ocorre é o deslocamento da documentação vigente - o que, por não se tratar de uma deslocação da totalidade dos documentos, significou sérios danos ao fundo desses arquivos.

Definidos os parâmetros técnicos sumários para o funcionamento de um arquivo, é preciso ter em mente que não trabalhamos com a tipologia mais usual em instituições arquivísticas. Ao contrário dos exemplos no livro de Bellotto, que apresenta fundos de ministérios e secretarias governamentais, ambos com funções administrativas voltadas ao serviço essencialmente político, nossos objetos constituem o que se pode chamar de arquivos de cientistas. É na obra de Paulo Roberto Elían dos Santos que encontramos um aprofundado estudo sobre esse tipo de arquivos. "Enquanto a separata, ponto final do seu trabalho, preenche as estantes do laboratório, todos os demais documentos da comunicação, testemunhos de etapas intermediárias da atividade científica, como versões provisórias editadas para revisão de texto, são de natureza instável"⁶⁸. Mesmo com importantes cultores, a história das ciências na América Latina acabou tendo pouca difusão. Foi só na década de 1960 que houve a institucionalização da disciplina. A história das ciências no Brasil, destarte a preocupação internacional já na década de 70 com o estudo, por historiadores e antropólogos, da ciência como prática, se deu no estudo da implantação de atividades científicas em países "periféricos". É nesse ponto que os arquivos de cientistas passam a adquirir relevância, sobretudo na década de 80, com o início das iniciativas de resgate da memória e conscientização da sociedade, a consciência da importância dos arquivos e do direito à informação e do dever do Estado de garantir esse acesso. No entanto, são poucas as referências à arquivos de ciência. Não obstante, é possível identificar uma certa massa de produções a respeito disso por parte de pesquisadores franceses, sobretudo, a partir da década de 90 ao exemplo do *Le programme ARISC*, do *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* desde 1993 e do manual "*appraising the records of modern science and technology* do *Massachusetts Institute of Technology*".⁶⁹

Santos aponta que essa tipificação dos arquivos acaba por pouco contribuir para o conhecimento das funções de uma instituição ou das áreas de ação, funções e atividades de um indivíduo. Seguindo o que diz Antônia Heredia⁷⁰, o autor nos diz que a ambiguidade na terminologia não favorece a classificação das instituições arquivísticas. Nesse sentido, não existiriam arquivos científicos, mas sim instituições científicas. O grupo francês de pesquisadores dessa natureza de arquivos advoga que os arquivos de ciências são todas as fontes arquivísticas que permitem o estudo do desenvolvimento das políticas de pesquisa e ensino científicos. Charmasson⁷¹, por sua vez, define três categorias para esses arquivos quanto à proveniência e ao estatuto

⁶⁸ SANTOS, *op. cit.*, p. 25.

⁶⁹ SANTOS, *op. cit.*, p. 26-29.

⁷⁰ Heredia Herrera, 1993, *apud* Santos, 2012, p. 33.

⁷¹ Charmasson 1999, p. 13-14 *apud* Santos, 2012, p. 34.

jurídico: 1 - Arquivos de tutela (arquivos públicos que apresentam caráter administrativo). 2 - Arquivos próprios dos estabelecimentos de pesquisa e de ensino (podem ser administrativos ou de caráter propriamente científico pôr emanar dos laboratórios). 3 - Arquivos pessoais de cientistas (são considerados privados, mesmo se o essencial de sua atividade tenha se desenrolado em um ambiente público. Permitem estudar o progresso no conhecimento e o envolvimento familiar, intelectual e social do indivíduo). Sobre esse último, o caráter de "patrão" de alguns pesquisadores acaba causando muitos problemas quanto a distinção formal entre arquivos pessoais e arquivos de laboratório⁷². O autor adiciona ainda – apoiando-se nas formulações de Bruno Latour, atualmente a maior influência nos estudos sociais das ciências –, definindo a atividade científica como a sucessão não linear de práticas sociotécnicas, "ciência em ação" – algo que extrapola o ambiente do laboratório –, uma quarta categoria: sociedades e associações científicas. Essas instituições existiriam, então, para operar o processo científico que perpassa laboratórios, salas de aula, congressos, comitês, gabinetes ministeriais e conselhos financiadores, sendo, assim, as instâncias em que se produziriam os documentos.

"Para Welfelé, no entanto, existe um "elo perdido" da corrente que opera uma integração das esferas institucional e pessoal: o laboratório"⁷³. Para estabelecer ralação entre arquivos pessoais de cientistas e arquivos de laboratório, Santos se apoia no que diz Chamarsson⁷⁴, afirmando que os primeiros se confundem com os arquivos de laboratório, especialmente onde as pessoas, as quais os arquivos pessoais remetem, exerceram funções de "chefe". A partir da década de 70 – com a supracitada extinção das cátedras – a figura do chefe, fundador de disciplinas, desaparece e com ela a dificuldades de distinguir as funções do laboratório e de seu responsável, retirando a marca do "mestre" - e todas as implicações que isso traz consigo - dos trabalhos dos colaboradores no laboratório. É então que se consolida o contexto da Big Science e dos grandes e complexos projetos interdisciplinares e hiperespecializados. Mas Santos advoga que, mesmo com essa maior nitidez da separação funcional entre laboratório e responsável, o laboratório possui um segundo aspecto singular de produção e conservação dos documentos, exatamente pelo processo de experimentação, exploração e teorização de tudo que ali é produzido. Um exemplo disso seria a ausência de documentos de cunho administrativo dos laboratórios em fundos ministeriais ou agências públicas de fomento. Welfelé⁷⁵ também oferece uma maneira para demarcar o que seriam os documentos "pessoais" frente aos do laboratório. Os primeiros seriam aqueles que o cientista guarda como pertence após aposentadoria, enquanto os segundos seriam aqueles deixados para a continuidade da ciência, sem deixar de frisar a ambiguidade que concerne à propriedade desses documentos dentro da burocracia das instituições públicas. É então aqui que se faz necessário entender os padrões da história custodial dos documentos nos arquivos de cientistas.

⁷² SANTOS, *op. cit.*, p. 33-35.

⁷³ Welfelé, 1999, p.109 *apud* Santos, p. 41.

⁷⁴ Chamarsson, 1999 *apud* Santos, 2012, p. 41.

⁷⁵ Welfelé, 1999 *apud* Santos, 2012, p. 43.

Foi assim, que, conhecendo os primeiros "chefes" do departamento de Anatomia da FMUSP e da FMVZ-USP e o volume de material inserido nessa ambiguidade pessoal-laboratorial presente em nossos arquivos, que definimos as subséries em todas as instâncias nas quais documentos deixados para a continuidade ciência apresentavam alguma relação pessoal com seu coletor. A visão que adotamos, assim como para Welfel e para o serviço arquivístico desempenhado na Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), está adequada à perspectiva de uma "pessoalização" para os arquivos. Isso se deve, fundamentalmente, ao caráter de congregação e compartilhamento de uma "consciência identitária" que as duas primeiras gerações, sobretudo a segunda, da escola *boveriana* apresentaram – e, ainda que em seus últimos suspiros, ainda hoje apresenta. Assim como diz Santos, essa noção de "arquivo pessoal" trata "de conjuntos documentais específicos, no âmbito de um fundo de arquivo institucional. Trata-se de conjuntos documentais reunidos por pesquisadores a partir de lógicas que mesclam marcas individuais e institucionais e que, no entanto, revelam um núcleo orgânico articulado a contextos arquivísticos e espaços institucionais bastante precisos."⁷⁶ O que sustenta essa adoção metodológica são os exatos dois pontos defendidos pelo autor, a saber: primeiro, o contexto do trabalho do pesquisador, dentro de uma cultura institucional e profissional competitiva, que demanda um controle e sigilo sobre dados e informações; em segundo lugar, a ausência de confiabilidade por parte do pesquisador nas capacidades arquivísticas de sua instituição sede, o que faz com que haja uma retenção do conjunto documental.

Santos discorre sobre as dificuldades de trabalhar com os procedimentos arquivísticos em arquivos privados, ou ao menos "pessoalizados", sob a noção de que o arquivo pessoal carrega consigo o "inusitado". O que significa a necessidade de uma nova abordagem, talvez, originada do trabalho dos historiadores frente a natureza dessas fontes englobando suas potencialidades e limites. Com base na produção de Ana Maria Camargo⁷⁷, o autor expõe os três principais pontos de controvérsias entre a tradição arquivística e os arquivos pessoais: o primeiro, a recontextualização dos documentos operada pelo titular e seus sucessores; o segundo, a constituição do universo compreendido pelo arquivo, tanto nas instituições sociais quanto as "juridicamente irrelevantes" como relações de amizade, opções intelectuais, obsessões, etc.; e terceiro, a inexistência de padrões normativos que leva a necessidade da construção de uma biografia para identificar as áreas de ação desse núcleo gerador dos documentos.

A retirada da identidade dos arquivos pessoais, como observa o autor, é sensível nos quadros de arranjo para esse tipo de arquivo justamente por conta da vontade, no consenso dos autores no campo da arquivologia, de negar "quaisquer atributos voltados à natureza dos métodos utilizados para sua técnica de tratamento que não sejam arquivísticos"⁷⁸. Assim, sendo a exclusão dos arquivos pessoais, do universo do conceito de arquivos, uma marca definitiva do

⁷⁶ SANTOS, *op. cit.*, p. 44.

⁷⁷ Camargo, 1988; 1998 *apud* Santos, 2012, p. 56.

⁷⁸ SANTOS, *op. cit.*, p. 52.

pensamento e da prática arquivística – o que julgamos, não uma má vontade por parte da literatura na arquivologia, mas uma maneira de lidar com o problema da necessidade de uniformizar as práticas arquivísticas por conta do mesmo problema que causa danos à Anatomia, a hiperespecialização da “era da informação” e a demanda de uma velocidade exacerbada de processamento dessa informação.

Destarte, essa situação demanda a revisão de alguns conceitos na prática arquivística. Santos retoma a noção clássica de classificação, já apresentada, incidindo sobre a exposição de Heredia Herrera⁷⁹ sobre o descarte de qualquer classificação que comece tendo em conta os suportes materiais dos documentos. Dessa forma o objetivo principal seria dar visibilidade às funções e às atividades do produtor do arquivo, esclarecendo as ligações entre os documentos. A tradução dessa classificação seria o esquema hierárquico entre as classes e subclasses, grupos ou subgrupos. Há ainda a necessidade de se estabelecer um paralelo entre indivíduo e instituição, pois o indivíduo não apresenta estruturas que sirvam para a definição de um arranjo, sendo as funções por ele desempenhadas nas diversas instituições, jurídicas ou não, da qual fez parte, a base para essa comparação entre indivíduo e instituição.

Para tal, Santos sugere a adoção de critérios tipológicos – correspondência, documentos pessoais, produção intelectual, recortes de jornais, legislação, impressos etc. – para o agrupamento dos documentos em um arquivo pessoal. No entanto, aponta o autor que a convivência de três ou mais desses critérios é um fator determinante para a perda de identidade – por conta, talvez, desse alto grau de separação caminhar para as mesmas diretrizes da tradição arquivística de classificação. Dessa maneira, proposta de classificação para arquivo de cientistas apresentada consiste em salientar as grandes funções exercidas pelos cientistas. Assim, é, sobretudo, no modelo de análise latouriano que o autor constrói sua base teórica.

É na etnometodologia de laboratório que ele busca entender as práticas científicas, tendo seu argumento central pautado na ideia de que a ciência não se distingue das demais práticas sociais. Nesse sentido, o cientista lançaria mão de estratégias de persuasão que garantiriam a aceitação dos enunciados por ele produzidos. O laboratório, portanto, pode ser entendido como uma “usina singular” da qual saem “produtos manufaturados” denominados artigos científicos, agrando-se a ele diferentes lugares e ambientes institucionais compreendidos em um processo complexo que se apresenta nas relações sociais estabelecidas entre pesquisadores e seus colegas de outras instituições. Essa “noção de rede”, na denominação latouriana, permite a interpretação da comunidade científica como um espaço próprio e legítimo do consenso e da legitimidade científica. A perspectiva empregada nesse pensamento, como afirma Santos, é a de que os cientistas se movem sem ingenuidade dentro de um “ciclo da credibilidade”, cujo plano de fundo é composto pelos interesses da ciência racional na qual o cientista se comporta como

⁷⁹ Heredia Herrera, 1993, p. 267 *apud* Santos, 2012, p. 60.

um “investidor capitalista”, frio, calculista e maximizador de seus interesses norteado pela vontade de enraizar sua credibilidade e nela reproduzir novos investimentos. A materialização desse “investimento” seria exatamente o artigo científico que, muitas vezes, é o meio de revelar o fato científico “estável” como resultado do processo de construção peculiar que só se completa quando do apagamento de todas as etapas de seu desenvolvimento, dando margem para um entendimento de ordem e racionalidade no desenvolvimento desse fato científico e ignorando todos os vestígios de sua produção. A grande quantidade de separatas em arquivos científicos é resultado, exatamente, desse processo de “investimento” e busca de credibilidade pela troca dos pares “investidores” nesse ciclo de credibilidade. Desse modo, “o ato de “fazer ciência” envolve tanto quem trabalha dentro do laboratório quanto aquele que lá fora busca recursos e aliados, com capacidade para serem convertidos em incremento no que se faz no laboratório.”⁸⁰

Quanto ao tratamento arquivístico para vestígios materiais dessa estirpe, o autor aponta para dois níveis de questionamentos que devem ser priorizados: as questões gerais, relacionadas aos próprios princípios técnico-teóricos da arquivística e as perguntas que devem levar ao conhecimento cumulativo da atividade humana e instituição ou pessoa que acumulou esse arquivo. Santos propõe um Plano de Classificação que leve em consideração, principalmente, o caráter funcional para o tratamento dos arquivos, seja pela teoria latouriana sobre o *fazer* científico ou pelos papéis sociais que o cientista desempenhou ao longo de sua vida, pois é fundamental identificar as grandes funções e definir as atividades relacionadas na classificação dos documentos dentro dos princípios fundamentais da arquivística. Para isso o plano deve-se pautar nos seguintes procedimentos: exame da proveniência dos documentos; levantamento e sistematização de informações sobre o titular; elaboração de uma biografia que apresente um “quadro de vida profissional” do titular; exame sumário da documentação para obter informações sobre o conteúdo do fundo; atualização permanente sobre a produção a respeito das biografia que tenham relação com os fundos; desenvolvimento de um “glossário de espécies e tipos documentais” que sirva como instrumento de pesquisa; a confecção de uma biografia que identifique as funções e o reconhecimento preliminar do acervo em relação aos grupos e subgrupos.

Com isso vemos a ênfase dada ao estudo biográfico para a organização de arquivos pessoais a despeito do rigor técnico prestado aos arquivos mais “tradicionais”. É importante sempre ter em vista que arquivos pessoais reproduzem, em graus distintos, a faceta profissional, pessoal e social de quem os produziram de forma muito semelhante aos arquivos institucionais, onde os documentos reproduzem as atividades da entidade produtora. A partir da fundamentação apresentada e da pesquisa histórica desenvolvida em nosso estudo, discorreremos brevemente sobre os procedimentos, adaptações e resultados que obtivemos na ativação dos arquivos do VCI e do MAH.

⁸⁰ SANTOS, *op. cit.*, p. 82-83.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa o foco sempre foi solucionar o problema da falta de organização dos arquivos da escola *boveriana*. Problema esse, que Talamoni e Bertoli-Filho⁸¹ já expunham como a inviabilização do trabalho dos pesquisadores por conta do momento de organização dessas fontes documentais.

A proposta inicial consistiu em separar os procedimentos em três etapas. Na *primeira etapa* se deu a realização de uma triagem dos documentos existentes nos arquivos, organizando-os segundo categorias pré-definidas a partir de resultados prévios de observação dos fundos dos arquivos. Para tanto, foram estabelecidas cinco categorias, levando-se em conta a ocorrência da tipologia dos documentos nessa pré-triagem. A *primeira categoria* foi denominada de “*Obras do Século XIX e Super Raros*”. Nela constaram documentos que datam no máximo até 1901 e itens de extrema relevância e raridade. A *segunda categoria* foi restringida àquilo que se convencionou chamar de “*Produção dos Professores*”. Nela foram alocados os documentos de autoria dos professores que compuseram a primeira e segunda gerações de discípulos de Alfonso Bovero. À *terceira categoria*, definida como “*Correspondência*”, foram relacionados os documentos recebidos com dedicatórias, conjuntos envelope-carta, cartões postais etc. As dedicatórias foram identificadas tanto em livros ou separatas como em boletins, números de revistas entre outros, com a característica marcante de muitas vezes apresentarem envelopes de cartas recortados e colados dentro de livros ou outros tipos de documentos. As dedicatórias e os recortes colados não foram características que se anularam, pois muitas vezes ambas podem ser observadas no mesmo documento. Na *quarta categoria*, definida como “*Coleção*”, ficaram os documentos assinados ou rubricados pelos professores, sem dedicatória ou referência histórica. Esta categoria indica o pertencimento dos documentos aos seus respectivos conjuntos relativos de uma coleção pessoal, mas que, no entanto, permaneceram nos limites institucionais físicos da escola *boveriana*. A *quinta categoria*, denominada “*Assuntos e Separação linguística*”, se referiu aos documentos que demandaram uma categorização sucinta para viabilizar a triagem. Por se tratar de uma gama diversa de autores, numa amostra considerável de diferentes idiomas, convencionou-se agrupá-los segundo sua distinção linguística, buscando manter um equilíbrio entre separação e otimização no uso do espaço.

Com a conclusão da triagem e a pesquisa histórica a respeito da escola *boveriana* e das duas instituições sede dos arquivos, foi possível estabelecer um quadro de *arranjo* (Fig. 5) para ambos os arquivos. Esse arranjo levou em consideração *três* pontos chave para sua orientação, a saber: *Primeiro*, o caráter híbrido particular-público de acumulação desses documentos que, desde sua origem, consistiu sempre no armazenamento de publicação de autoria própria ou de aquisições, podendo também ser presentes e dedicatórias, daqueles que compuseram a linha de pesquisadores; *Segundo*, a particularidade de um arquivo de cientistas de uma instituição de ensino superior essencialmente pública; *Terceiro*, a tipologia dos documentos constantes, muito atípica ao tradicional caráter documental resguardado pela maioria dos arquivos públicos. Dessa maneira, é evidente a separação dos documentos vinculada aos nomes mais contundentes nessa

⁸¹ TALAMONI; BERTOLI-FILHO, *op. cit.*, p. 1303.

corrente de pesquisadores, pois, como os próprios itens nos revelam, há uma inquebrável relação entre esses documentos e seus coletores, seja pela autoria ou pelas assinaturas (rubricas) e dedicatórias recebidas.

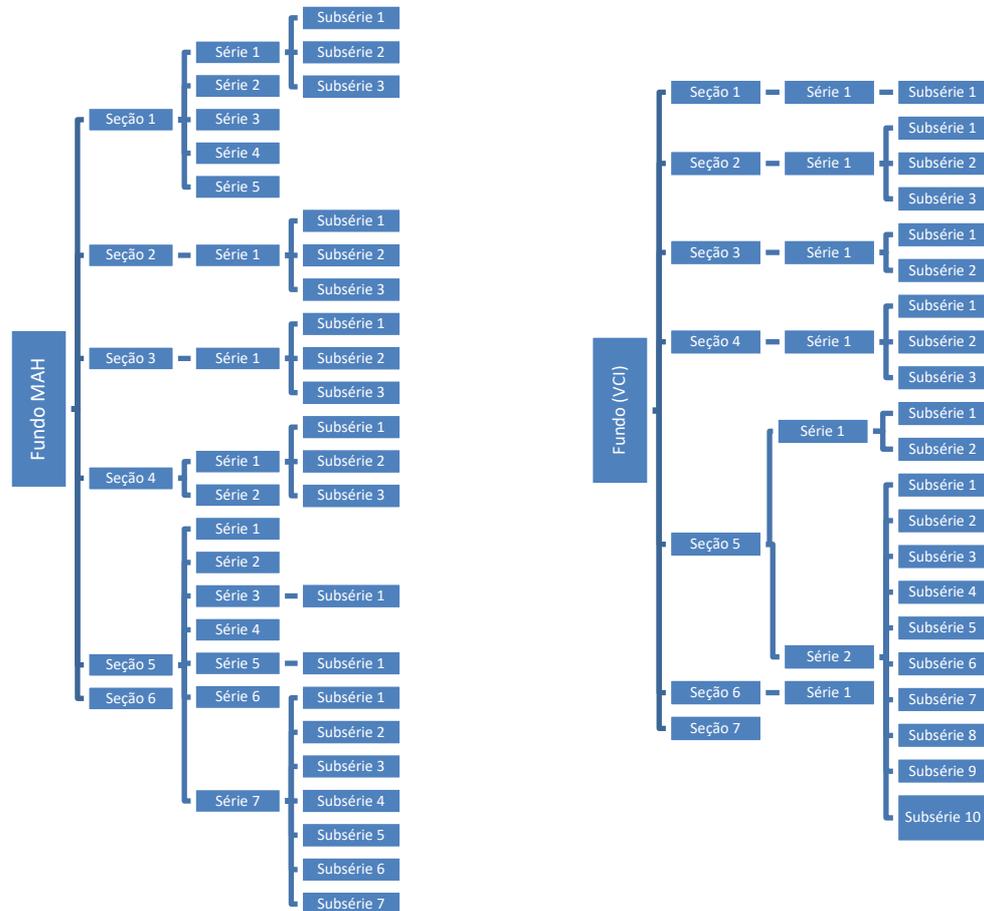


Figura 5 – Quadros de arranjo dos arquivos do VCI e do MAH
 Fonte: Arquivo pessoal José Closs

As seções acabaram seguindo um modelo muito semelhante ao das categorias definidas na triagem, pois como já havia sido concebido sob uma certa perspectiva arquivística, a história dos arquivos, bem como as atividades dos coletores em suas respectivas instituições, e a tipologia documental mostraram-se aptas a uma separação nas seguintes seções: *1ª Raros* – que compreende todos os documentos anteriores à 1901 – por terem sido anexados à biblioteca pela compra da biblioteca particular de Alfonso Bovero, produzida antes de sua vinda para o Brasil –, tudo aquilo produzido manualmente e itens que necessitam de maiores cuidados de conservação como jornais e materiais em suportes degradáveis como negativos de microfilmagens e lâminas de microscópio, pois o reduzido quadro de funcionários em ambas as instituições sede demandaram um agrupamento dos materiais que necessitam de maiores cuidados para facilitar os procedimentos; *2ª Autoria dos Departamentos* – publicações de autoria dos cientistas que compunham

os departamentos de anatomia, seja da medicina ou de outras faculdades, da USP; 3 *Correspondência* – documentos que indicam alguma comunicação ou relação entre os cientistas da universidade e outros cientistas e indivíduos ou grupos, tanto de outras instituições como da própria USP. No entanto, as correspondências mais elaboradas como cartas, por seu nível de raridade e fragilidade, permaneceram na 1ª Seção; 4ª *Coleções* – aqui ficaram todos aqueles itens que puderam ser identificados como, efetivamente, de posse de algum dos cientistas, seja por rubricas ou por assinaturas; 5ª *Diversos* – por se tratar de uma extensa carga de documentos foi necessária uma seção na qual ocorresse uma separação mais bibliotecária dos documentos, ficando aqui uma organização alfabética, linguística e temática daqueles documentos que não se enquadravam nas seções anteriores; 6ª *Microfilmagens* – por se tratar de um material extenso, porém em suporte distinto do de todas as outras seções, o papel fotográfico foi acondicionado em uma seção exclusiva, mas que respeitou a lógica aplicada a todas as outras seções. No arquivo do VCI ainda foi necessário o estabelecimento de uma *sétima seção* para identificar as 241 pranchas anatômicas constantes no arquivo, mas que por existir a dificuldade na identificação da autoria, acabaram armazenadas, temporariamente, sem maiores separações. Mesmo que haja um consenso sobre não realizar uma separação que comece pelos suportes materiais dos documentos, em virtude da realidade estrutural que dispusemos nos arquivos trabalhados, optamos por criar uma lógica de organização em que os suportes de mesma natureza permanecessem juntos, porém, discriminados de maneira que, criada uma nova estrutura, com maior conforto e sofisticação, seja possível reorganizar facilmente os documentos segundo os procedimentos mais indicados.

Ao todo foram produzidas 257 caixas de arquivo, tendo sido prestados os devidos cuidados de restauro preventivo, como a remoção de resíduos metálicos, a higienização e a troca das caixas utilizadas para armazenamento que não apresentavam a coloração indicada para tal. O restauro completo ficou restrito há alguns casos de maior degradação, pois a condição em que se encontravam a absoluta maioria dos itens mostrava que, apesar da acomodação indevida dos documentos, não houve danos significativos à integridade desse material por conta do zelo prestado pelas instituições sede. Além disso, maiores aprofundamentos de pesquisa biográfica dos indivíduos representantes da escola *boveriana* e das funções por eles desempenhadas acabaram sendo postas em segundo plano. Por mais que isso signifique prejuízos ao quadro de arranjo, optamos por definir esse arranjo provisório para os arquivos em virtude do caráter processual da ativação dos arquivos. Um Plano de Classificação, aos moldes da proposta de Santos⁸², a partir desse momento provisório que visamos proporcionar está especulado para os próximos procedimentos a serem efetuados nesses arquivos.

A *segunda etapa* consistiu na elaboração de instrumentos que visaram permitir ao arquivo fornecer fontes para pesquisas, bem como o lançamento dos dados produzidos no software Ica-Atom – ferramenta de baixo custo para auxílio em descrição arquivística. Com certeza essa foi a etapa mais intempestiva de todo o projeto, pois devido a problemas de caráter institucional para

⁸² SANTOS, *op. cit.*, 2012.

suporte na instalação e manutenção de um servidor virtual para o software, acabou-se por optar pela produção analógica de um guia dos arquivos. Já em relação às ferramentas de pesquisa, isso não se configurou como um problema, pois seu suporte já era esperado sem a ajuda de meios tecnológicos mais sofisticados. Segundo Bellotto⁸³, essas ferramentas de pesquisa são obras de referência para identificação, resumo e localização, tendo como vértice da hierarquia dessas obras um guia geral. O *guia* é a ferramenta mais “popular”, pois atinge inclusive o grande público e não apenas os consulentes tradicionais de um arquivo, por propiciar uma visão de conjunto dele, expondo seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que abriga. Exatamente por ter esse caráter mais abrangente e por não estarem concluídas as etapas de pesquisa histórica dos cientistas relacionados aos arquivos, o guia acabou sendo a única das ferramentas de pesquisa, que se pretenderam produzir nessa pesquisa, que foi finalizada. O *inventário* e o *catálogo*, bem como as demais ferramentas e o suporte virtual para o guia, por conta da extensão documental trabalhada, acabaram ficando pensados nos próximos passos a serem dados nos arquivos da escola *boveriana*.

Por fim, a *terceira etapa* foi exatamente a elaboração deste artigo, que teve o intuito de apresentar sumariamente a história da escola *boveriana* e os resultados da ativação dos arquivos nas instituições que guardam os vestígios documentais dessa escola. Essa vontade se deu pela necessidade de registrar e divulgar a manutenção e a existência desse rico patrimônio que, até então, não estava recebendo os devidos cuidados, não pela ingerência das instituições sede – que, muito pelo contrário, tem um histórico de zelo e proteção desse material da melhor maneira que lhes era, e ainda é, possível –, mas pelo, até então, desconhecimento das práticas e cuidados necessários para o pleno funcionamento de um arquivo *de facto*.

Considerações finais

Uma vez que o trabalho arquivístico, sobretudo seu começo, prescinde o conhecimento das instituições e indivíduos que compõem a história dos conjuntos materiais, buscamos identificar e discorrer brevemente sobre esse assunto. Foi nesse sentido que identificamos, para a história da Escola *boveriana* os momentos históricos fundamentais marcados, sobretudo, pela consolidação dos cursos de medicina e veterinária em São Paulo – 1891-1912 e 1891-1919, respectivamente –, vinda de Alfonso Bovero à consolidação da Escola *boveriana* (1914-1937) e o momento derradeiro da extinção das cátedras e formação dos institutos de Pesquisa Básica (1969 e década de 1970). O que, ao que tudo indica, foi o momento de declínio da importância acadêmica dada à Anatomia, mas sobretudo, o momento que deu início ao esquecimento dos laços de memória sobre diversas correntes de pensamento, incluindo o da referida Escola *boveriana*.

⁸³ BELLOTTO, *op. cit.*, 2007.

Foi no sentido de capacitar os arquivos dessa escola, ao trabalho de historiadores e demais pesquisadores, que desenvolvemos nossa pesquisa. Dessa maneira, pensando na trajetória dos atores e cenários referentes ao recorte proposto sob a luz das preocupações e métodos da arquivologia, pudemos dar os primeiros passos em direção ao pleno funcionamento dos serviços arquivísticos das instituições sede – Museu de Anatomia Humana do ICB-USP (MAH) e Departamento de Cirurgia da FMVZ- USP (VCI) – que guardam os vestígios materiais da Escola *boveriana*. É certo que ainda estamos apenas começando a ter contato com esse vasto conteúdo material, mas é possível afirmar que já existe o mínimo de tratamento e conhecimento processual arquivístico para dar suporte às pesquisas que pretendam utilizar os arquivos aqui trabalhados.

Tendo em mente que os arquivos permanentes de cientistas, sobretudo os públicos, possuem um caráter muito diferente dos demais arquivos – que já possuem uma certa tradição de tratamento – ainda não podemos considerar finalizado e pronto o Plano de Classificação que buscamos aqui empreender. Ainda há muita pesquisa a ser feita, principalmente, sobre os cientistas cujos documentos residem nos fundos dos arquivos da Escola *boveriana*, pois, assim como a história da Anatomia ainda está por ser escrita, a historiografia da Escola *boveriana* de Anatomia, mesmo que contada por muitos daqueles que tiveram contato ou pertenceram à ela, ainda está por ser produzida. Desde Alfonso Bovero, o que inclui todo o contexto anterior e contemporâneo por detrás de sua existência, passando pela história institucional dessa escola no Brasil e finalmente chegando nos dias de hoje, podemos identificar lacunas que não possuem estudos ou análises que permitam uma discussão.

Esperamos que, ao menos para algumas dessas questões, nossa pesquisa possa ajudar a revelar e proporcionar fontes que auxiliem na elaboração dessas pesquisas que, assim como ao menos já projetamos, ainda estão por vir.

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.